



MARIA ROSINEIDE PEREIRA

PATRIARCADO E RAÇA NA FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NORDESTINO

SÃO PAULO

2019

MARIA ROSINEIDE PEREIRA

PATRIARCADO E RAÇA NA FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NORDESTINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientador: Rafael Litvin Villas Bôas
Co-orientadora: Silvia Beatriz Adoue

SÃO PAULO

2019

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pereira, Maria Rosineide.

P436 Patriarcado e raça na formação do campesinato nordestino / Maria Rosineide Pereira. – São Paulo, 2019.
96 f. : 30 cm.

Orientador: Rafael Litvin Villas Bôas.

Co-orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2019.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Camponeses – Brasil, Nordeste. 4. Mulheres na agricultura – Brasil, Nordeste. 5. Brasil, Nordeste – História – Aspectos sociais. 6. Brasil, Nordeste – Relações raciais – História. 7. Reforma agrária – Brasil, Nordeste. I. Título.

CDD 301.3509813

MARIA ROSINEIDE PEREIRA

PATRIARCADO E RAÇA NA FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NORDESTINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientador: Rafael Litvin Villas Bôas
Co-orientadora: Sílvia Beatriz Adoue

BANCA EXAMINADORA

Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Dr^a. Sílvia Beatriz Adoue (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Dr^a. Danielle Tega (Universidade Estadual de Campinas)

São Paulo, 15 de março de 2019.

À todas as mulheres negras que com rebeldia e coragem ousam plantar esperança no
chão da luta pela Reforma Agrária Popular.

AGRADECIMENTOS

Para início de conversa consideramos necessário registrar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Neste sentido, agradecemos o apoio nos propondo a dá continuidade a este estudo que se propõe a refletir sobre aspectos tão importantes da nossa realidade camponesa.

Além disso, se faz necessário reconhecer a importância daqueles (as) que despertam o melhor de nós, mas também é necessário explicitar que o trabalho que ora segue foi construído a partir de muito diálogo e reflexões coletivas dos vários espaços de atuação militante.

Neste sentido, agradeço ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra pela possibilidade de continuar estudando e refletindo a nossa prática cotidiana e pela rebeldia coletiva com a qual vamos enveredando também pelo estudo da questão racial como mais uma cerca a ser rompida na luta pela Reforma Agrária Popular.

Agradeço ao orientador Rafael Vilas Bôas pela convicção da importância desse debate para dentro de nossa organização e pelo apoio dado desde a construção do tema á leitura respeitosa e compreensiva de cada parágrafo deste trabalho;

Á Sílvia Beatriz Adoue, por todo o apoio dado e pela valorosa contribuição nesse debate tão caro a nós mulheres que é nosso feminismo de cunho popular pensando mais especificamente na nuance da exploração econômica das mulheres negras;

Agradeço aos educadores (as) do programa pela perseverança e convicção de também construírem sua docência num programa tão essencial para aquelas e aqueles a quem o direito a educação é continuamente negado;

Agradeço a turma Tekoha pela construção dessa coletividade tão mística e pela riqueza dos debates vivenciados em sala de aula ou a cada vez que nos encontramos nas atividades Brasil afora;

Agradeço ainda á Marcio, Luana e Maiara pela compreensão de que cada ausência será um dia recompensada e pela possibilidade de acreditarmos juntos na mesma causa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos (as) companheiros (as) de militância por me ensinarem através de sua prática que *um sonho não se mata assim como não se ata o mar e sua dança*. Esse trabalho faz parte desse sonho e dessa certeza de que nossa luta não será em vão.

Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade (Ângela Davis)

RESUMO

A formação do campesinato nordestino, assim como das demais regiões brasileiras, foi marcada por um processo contínuo de negação do direito à terra e da construção de uma sociedade desigual e antagônica. Nesse trabalho, pretendemos refletir sobre o patriarcado e a questão da raça enquanto categorias de análise nessa formação. A nosso ver, esse estudo se faz necessário pela necessidade de compreender que papel esteve destinado às mulheres negras no campo nordestino e quais as consequências desse legado. Desse modo, objetivamos verificar os mecanismos de invisibilidade e exploração do trabalho feminino negro no campesinato nordestino. Acrescentamos, ainda, que os estudos sobre a questão agrária no Brasil e os movimentos contemporâneos de luta pela terra possuem uma vasta bibliografia nos mais variados campos das ciências humanas. Entretanto, tais pesquisas, desde as suas origens, se voltaram quase que exclusivamente para as relações de classe existentes no campo e na formação/constituição dos movimentos de luta pela terra, desconsiderando a multiplicidade de relações estabelecidas entre os sujeitos que compõem os movimentos como, por exemplo, as relações étnico-raciais e de gênero. Partimos da hipótese que o debate de gênero e raça são constituintes para o entendimento da questão de classe brasileira e para a compreensão da dinâmica da desigualdade no Brasil. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que é necessário compreender o racismo e o patriarcado como desigualdades fundantes da sociedade brasileira, imersos no bojo das relações sociais, inclusive, no próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nossa análise busca estudar a realidade concreta vivida por trabalhadoras camponesas, como também suas relações de produção e de poder. A apreensão dessa temática é vista por meio de revisão bibliográfica a partir de vários referenciais cruciais para a sua compreensão.

Palavras-chave: Patriarcado. Raça. Classe social. Campesinato. Questão agrária.

ABSTRACT

The formation of the northeastern peasantry, like in other Brazilian regions, was marked by a process of continuous denial of the right to land and by the construction of an unequal and antagonical society. In this research, we intend to reflect on the patriarchy and the racial question while categories of analyses in this formation. In our view, this study is necessary due to the existing necessity to understand what role was destined to black women in the rural northeastern and what are the consequences of that legacy. Thereby, we aim to verify the invisibility and exploratory mechanisms over the black female labour in the northeastern peasantry. Moreover, the studies on the agrarian question in Brazil and the contemporary struggle movements possess a vast bibliography in diverse fields of the human sciences. However, these researches, since its origins, have focused almost exclusively on the class relations presents in the field and on the formation/constitution of the struggle movements for land, disregarding the multiplicity of relations established between the subject that construct the movement, like, for example, the ethnic-racial and gender relations. We start from the hypothesis that the gender and race debates are constituents of an understanding of the class question in Brazil and for the understanding of the dynamics of inequality in Brazil. In this sense, we part from the assumption that it is necessary to understand racism and the patriarchy as founding inequalities of the Brazilian society, immersed in the bulge of social relations, including in the Rural Landless Workers Movement (MST) itself. Our analyses aims to study the concrete reality lived by peasant women workers, as well as their production and power relations. The understanding of this theme is through bibliographic.

Keywords: Patriarchy. Race. Social class. Peasantry. Agrarian question.

RESUMEN

La formación del campesinado nordestino, así como de las demás regiones brasileñas, fue marcada por un proceso continuo de negación del derecho a la tierra y de la construcción de una sociedad desigual y antagónica. En ese trabajo, pretendemos reflexionar sobre el patriarcado y la cuestión de la raza como categorías de análisis en esa formación. A nuestro ver, ese estudio se hace necesario por la necesidad que existe de comprender qué papel estuvo destinado a las mujeres negras en el campo nordestino y cuáles las consecuencias de ese legado. De ese modo, objetivamos verificar los mecanismos de invisibilidad y explotación del trabajo femenino negro en el campesinado nordestino. Añadimos que los estudios sobre la cuestión agraria en Brasil y los movimientos contemporáneos de lucha por la tierra poseen una vasta bibliografía en los más variados campos de las ciencias humanas. Sin embargo, tales investigaciones, desde sus orígenes, se han vuelto casi exclusivamente a las relaciones de clase existentes en el campo y en la formación / constitución de los movimientos de lucha por la tierra, desconsiderando la multiplicidad de relaciones establecidas entre los sujetos que componen los movimientos como, por ejemplo, las relaciones etno-raciales y de género. Partimos de la hipótesis que el debate de género y raza son constituyentes para el entendimiento de la cuestión de clase brasileña y para la comprensión de la dinámica de la desigualdad en Brasil. En este sentido, se parte del supuesto de que es necesario comprender el racismo y el patriarcado como desigualdades fundantes de la sociedad brasileña, inmersos en el seno de las relaciones sociales, inclusive, en el propio Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Nuestro análisis busca estudiar la realidad concreta vivida por trabajadoras campesinas, así como sus relaciones de producción y de poder. La aprehensión de esta temática es vista por medio de levantamientos bibliográficos.

Palabras clave: Patriarcado. Raza. Clase social. Campesinado. Cuestión agraria.

Lista de abreviaturas e siglas

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA	Tratado Norte Americano de Livre Comércio das Antilhas
ONU	Organização das Nações Unidas
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Sumário

1 INTRODUÇÃO: O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR	13
2 A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NORDESTINO E A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA	24
2.1 A construção histórica do território e do campesinato nordestino.....	26
2.1.1 Nordeste: centro da colônia brasileira	27
2.1.2. Independência: Lei de terras e Abolição.....	31
2.1.3 Nordeste: da nova divisão regional ao agronegócio.....	35
2.2 A atualidade da questão agrária no Nordeste: agronegócio e campesinato	40
3 TERRITORIALIDADE DO PATRIARCADO: UMA DOMINAÇÃO QUE ANTECEDE E COMPLEMENTA O CAPITALISMO E A (IN)VISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NEGRA NO CAMPO.....	47
3.1. Entendendo o conceito de Patriarcado	48
3.2 O trabalho reprodutivo X produtivo ou a invisibilidade do trabalho da mulher negra	52
3.2.1 Trabalho Produtivo X Trabalho Improdutivo	53
3.2.2 Elementos para refletir o processo de invisibilização do trabalho das mulheres negras no campo nordestino.....	56
3.3 A territorialidade do Patriarcado no campesinato nordestino	62
4 IDENTIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA NO CAMPESINATO NORDESTINO....	67
4.1 A interseccionalidade de gênero, classe, raça e etnia no campo.....	68
4.1.1 Elementos para pensar a questão racial	68
4.1.2. Sobre a intersecção de gênero, raça e classe no campo.....	72
4.2 Refletindo sobre a identidade da Mulher Negra Camponesa e Nordestina.....	75
5 AS POSSIBILIDADES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR	79
5.1 Resgatando o debate de feminismo no MST	79
5.2 As mulheres negras e o Feminismo Camponês e Popular	84
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMINHO PERCORRIDO	87
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO: O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR

A presente dissertação intitulada “Patriarcado e Raça na Formação do Campesinato Nordeste” é fruto de uma série de questionamentos que foram se articulando pela necessidade de um diagnóstico mais preciso acerca dessas relações que se desenvolvem no território da luta pela Reforma Agrária. A proposta de estudo busca refletir sobre a invisibilidade e a exploração do trabalho feminino negro no campesinato nordestino e se justifica enquanto uma reflexão relevante em função do acirramento do atual contexto sócio político e econômico.

O racismo é estruturante na sociedade capitalista e patriarcal e, no caso brasileiro, durante o processo histórico de construção da nação, o povo negro sempre esteve às margens da sociedade, colocado no centro de teorias higienistas que ainda perduram, a exemplo das ações de criminalização da pobreza e genocídio da juventude negra. Em função disso, a população negra foi colocada, historicamente, numa condição subalterna na sociedade, tendo seu papel invisibilizado na construção da identidade nacional.

Ao lado das questões étnico-raciais, além disso é importante aferir que a divisão sexual do trabalho é responsável pela materialidade da exploração opressão e a desigualdade social alarmante. Como não poderia ser diferente as questões de classe, raça e gênero se entrecruzam neste habilidoso sistema que sobrevive a partir da exploração e acumulação de riqueza. Dessa maneira, os resquícios da colonização ainda se fazem presente e implicam em perdas de direitos essenciais para as mulheres negras. A hierarquização do mundo, coloca as classes menos favorecidas e a raça negra na base da pirâmide social, nas ocupações mais precarizadas e de baixa especialização, tornando as mulheres negras um contingente populacional que apresenta os piores indicadores sociais.

Partindo desses pressupostos, é preciso refletir quais os impactos para essa população dos imensos problemas que o país se defronta internamente, que estão conectados com a crise estrutural do sistema capitalista que é, ao mesmo tempo, econômica, social, política e socioambiental. Trata-se de um aprofundamento de uma agenda de retrocesso, tanto nacional quanto internacional, que corrobora para uma desestabilização da economia global, e que, também, retrata um novo momento de mobilidade política e econômica internacional.

No Brasil, o esgotamento da estratégia neodesenvolvimentista de conciliação de classes implicou no processo que iniciou com o impeachment da presidenta Dilma e culmina com a condenação do ex-presidente Lula. A estratégia de conciliação de classes estava alicerçada na governabilidade e a perspectiva era que todas as esferas de apoio ao governo tivessem

benefícios. Dessa forma, à classe trabalhadora foi destinada uma série de políticas compensatórias que não enfrentaram os problemas estruturais. No entanto, paralelo a isso, houve mudanças na forma de promover direitos básicos.

Dentre esses direitos básicos, há uma série de tentativas para avançar na formulação de políticas públicas de combate à desigualdade e discriminação racial, como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Além disso, a implantação da Lei nº 10.639/2003, que determina a inclusão no currículo do Ensino Básico da história e cultura afro-brasileira, ainda, a implementação do sistema de cotas para negros nas universidades federais. Com a criação da SEPPIR foram abertas as portas para que as mulheres negras tivessem mais oportunidades no poder. A secretaria foi coordenada pela ministra Matilde Ribeiro março de 2003 a fevereiro de 2008, durante o governo Lula. A ministra pediu demissão após um erro administrativo no uso de cartão corporativo:

A ministra admitiu que errou ao ter gasto R\$ 171 mil em 2007 com o cartão corporativo do governo federal. Ela disse, entretanto, que foi induzida ao erro. A ministra também anunciou a saída de dois funcionários e insinuou ter sido vítima de preconceito. Matilde Ribeiro leu trecho da carta de demissão e disse que sempre teve a vida pessoal “pautada pela honestidade e responsabilidade”. Para justificar os gastos, Matilde Ribeiro disse que a secretaria não tem infraestrutura fora da sede, em Brasília. E que ela havia sido orientada a usar o cartão para despesas com hospedagem alimentação e locação de veículos. (CRUZ, 2008, p. 1).

Esse fato foi utilizado pela mídia e políticos opositores para desvalorizar a criação da SEPPIR, quando houve a divulgação de imagens sobre a ministra que extrapolaram em muito o objeto central da irregularidade de que era acusada. Em nossa avaliação o caso foi abordado de forma discriminatória, ressaltando o fato de ser uma mulher negra. O poder midiático passou a exigir além de sua saída do ministério, a extinção do órgão em que era ministra. O mesmo caso também ocorreu com a ex-ministra da assistência e promoção social do Governo Lula entre 2003 e 2006, e ativista da causa, Benedita da Silva, que teve as despesas de uma viagem a Argentina custeadas com recursos do governo.

Matilde Ribeiro carrega todas as marcas que a imprensa busca obstinadamente apagar do imaginário brasileiro e dos centros de poder. Negra, da periferia de São Paulo, ex-empregada doméstica. Carregando o peso de ser mulher e ser negra na sociedade brasileira, Matilde sabia que sua pasta teria de ser a melhor, e seu comportamento teria de ser impecavelmente. Anomalia é corrupção entre os brancos. O universalismo branco se aplica também à ética. Nesta esfera, escândalo é que venha à tona corrupção envolvendo aqueles cuja cor da pele é ‘naturalmente’ investida de privilégios [...]. Matilde, Benedita da Silva, entre outros, são aquelas ‘deixas’ que a imprensa necessita para produzir seu ‘discurso de verdade. (ALVES, 2008, p. 1)

Nesse caso, ficou explícita a existência do racismo, já que a averiguação e divulgação das irregularidades foi usada para negar a existência do problema racial e da necessidade de que seu combate seja objeto de políticas públicas, como podemos acompanhar no tratamento dispensado, da grande mídia, aos dois casos supracitados. Como nos alerta Ribeiro (2015, p. 7):

Essas elites nacionais travam combate contra políticas de promoção da igualdade racial, elas se servem da desqualificação pública dos movimentos negros, de seus parceiros e aliados. Da negação do racismo e da discriminação racial. Da deslegitimação acadêmica de estudos e pesquisas que há décadas vêm demonstrando a magnitude das desigualdades raciais e da negação do negro como sujeito social, demandador de políticas específicas, bem como de seu direito democrático de reivindicá-lo. Estamos diante de velhas técnicas a serviço de novas estratégias que pretendem nos levar de volta à idílica democracia racial. Hoje, como ontem, as estratégias são as mesmas. Como nos mostrou Florestan Fernandes, a resistência negra das décadas de 30, 40 e parte dos anos 50 suscitou o reacionarismo das classes dominantes que logo denunciaram o racismo negro nas estratégias de resistência da população negra. Essa reação conservadora tem por efeito, sobretudo, potencializar o racismo institucional impregnado nas instituições públicas e em seus gestores. (RIBEIRO, 2015, p. 7):

Neste aspecto, o contexto tem sido de perdas aceleradas de direitos conquistados com muita luta e de reorganização das forças políticas conservadoras, marcado pelo recrudescimento do racismo que se tem feito presente, denotando que nesse neoliberalismo há um complexo conjunto de operações micro e macropolíticas para execução de um novo tipo de golpe. O golpe, iniciado com o impeachment da presidenta Dilma, e que ainda está em andamento, buscou garantir que o Governo Temer realizasse o plano da burguesia nacional e trouxe, como consequência, um avanço de ideias fascistas que se fizeram evidentes na conjuntura das eleições no Brasil.

Em função disso, temos um quadro de desafios para sobrevivência da classe trabalhadora em geral e, mais especificamente, a classe trabalhadora negra. É a população negra que mais sente esses retrocessos impostos em função do racismo estrutural e das nossas formas de dominação política derivadas do patriarcado. Os cortes e congelamento de investimentos públicos em educação e saúde, a destruição da política de aumento real do salário mínimo, o aumento do desemprego e essa precarização das relações de trabalho, o aumento da exploração dos bens naturais, entre outras medidas, justificadas como saídas para crise, impactam diretamente no aumento da desigualdade racial e social.

Sendo assim, o momento, se pensarmos neste refluxo imposto à população brasileira e

a discriminação e exclusão das mulheres negras do campo e da cidade, impõe o fortalecimento da luta, tanto do ponto de vista da teoria quanto da prática. Assim, é válido deixar registrado que essa pesquisa está relacionada com uma trajetória militante e aqui também se busca traçar elos de ligação com essa trajetória, no intuito de enfatizar o significado dessa vivência com o problema analisado nessa pesquisa. Por essa razão, paralelo aos elementos teóricos que justificam esse esforço militante de reflexão e estudo da realidade vivenciada, se fará presente também algumas vivências de um caminho que se faz ao caminhar e que compõe essa trajetória militante enquanto mulher negra na luta por Reforma Agrária Popular.

Como não poderia ser diferente, a princípio, é necessário demarcar minha origem no meio popular, a partir da infância vivida na Rua da Palha, localizada em um bairro periférico na zona oeste de Natal. Aos treze, no contexto de implantação do neoliberalismo em nosso país e o consequente aumento do desemprego, ocorreram algumas mudanças de casa e município em função da carestia daquele período e da dificuldade de manutenção de uma família numerosa na capital. A residência fixa se restabeleceu novamente na cidade de João Câmara, cidade onde tinha surgido o MST/ RN no ano de 1989 e, dessa forma, o contato com a militância Sem Terra da região se tornou inevitável, em função da inserção em um grupo de jovens vinculado a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).

No espaço dessa pastoral, foi possibilitada a auto identificação, enquanto classe trabalhadora, a partir do contato e da reflexão coletiva com outros/as jovens, acerca das questões em comum relacionadas às dificuldades geradas por causa do enorme abismo social existente em nosso país. Além disso, essa experiência contribuiu bastante, anos depois, para o meu ser militante, pois a participação constante nas atividades litúrgicas e artísticas fez com que eu desenvolvesse certa facilidade de falar em público, de lidar com pessoas e de liderar grupos. Também foi a experiência comunitária religiosa que conferiu um sentido místico para essa atuação militante e profissional, mediante o contato com famílias carentes e a inspiração à prática solidária.

Dessa forma, o acesso que tive à crítica de Karl Marx ao sistema capitalista se deu por meio da Teologia da Libertação. Isso sempre foi uma questão intrigante, porque a maioria dos marxistas que encontrava, ainda nesse período, apresentava uma aversão ao cultivo da espiritualidade, repugnando qualquer tipo de experiência religiosa. Esta foi uma contradição teórica que foi tratada com maior profundidade somente anos mais tarde.

Outro fato que também marcou essa formação era a metodologia utilizada. As dinâmicas de grupo valorizavam a partilha dos saberes. As utilizações do lúdico, da música e

das dinâmicas corpóreas promoviam vivências riquíssimas que me conduziram a desconstruções profundas. Descobri a beleza do (a) outro (a), do (a) que pensa diferente, do (a) católico (a) conservador (a), dos irmãos (ãs) franciscanos (as), do (a) espírita e do (a) candomblecista. Este processo não ocorreu pelo simples conceito, mas pela revisão de meu olhar, de minha perspectiva e sensibilidade. Na militância da PJMP conheci pessoas de vários movimentos sociais e, nesse processo, se deu o engajamento na luta por Terra, Reforma Agrária e Transformação Social.

No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde o início, me incorporei ao setor de formação e essa experiência foi riquíssima para que eu pudesse me entender enquanto militante e na minha contribuição no processo de educação popular de nossa base. De 2004 a 2008 fiz minha graduação em História na Paraíba pelo Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária (PRONERA). Oportunidade que valorizo muito, pois a experiência formativa da graduação em História possibilitou avanços significativos na compreensão da vida e da sociedade. Ocorreram encontros interessantes entre os autores que estudei anteriormente e historiadores que se empenharam em manter o rigor da crítica marxista aos ditames da sociedade capitalista.

A partir de 2008, incorporei as aulas de História e Geografia a minha militância, passando a dar aulas no município de Pureza, onde está localizado o assentamento Bernardo Marin, onde estou assentada desde 2005. A partir daí agreguei a experiência formal do ensino a minha militância. Em 2010 ingressei no Programa Pró-Jovem Campo-/Saberes da Terra¹ e durante este período eu fui constantemente desafiada pelas experiências em sala de aula no ensino de jovens e adultos do campo. Nesse sentido, de 2008 a 2012, fiquei muito envolvida com esse debate da Educação do Campo pela minha atividade em sala e pela minha inserção no coletivo estadual de educação.

Nesse processo, iniciei uma sequência de estudo na área de especialização com focos diferenciados, mas que se integram na minha área de atuação. A primeira foi Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio, que concluí em

¹ Uma das modalidades do programa de políticas públicas para juventude, o Pró -Jovem Campo – Saberes da terra, se caracteriza por ser um programa de escolarização de jovens agricultores (a) familiares em nível fundamental na modalidade educação de jovens e adultos (EJA), integrando qualificação social e profissional. “O PROJOVEM foi instituído pela Medida Provisória nº 411/07 tendo como finalidade a elevação do grau de escolaridade do educando visando o desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã através de quatro modalidades de ação: I) Pro-Jovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; II) Pro-Jovem Urbano; III) Pro-Jovem Trabalhador; e IV) Pro-Jovem Campo. ” (BRASIL, SECADI, 2009).

2013. Em 2014 fui selecionada para o Curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Universidade Federal do Rio Grande do Norte- (UFRN), que conclui em 2015, e a terceira foi em Educação do Campo no Instituto Federal do Rio Grande do Norte- IFRN.

A cada etapa de nossa vida somos tomados por experiências que nos tornam outras pessoas, pois já não somos o que antes éramos. Além disso, há uma subjetividade que nos move a caminhos que às vezes não esperávamos trilhar, e há caminhos que, quando passamos a trilhar, um encantamento nos toma por inteiro e nos faz perceber o quanto somos necessários. Dessa forma, os processos até aqui vivenciados sinalizam as idas e vindas de um caminho que se parece a uma colcha de retalhos, porque é feito de muitos passos e pegadas diferentes. Assim, o processo que incita a estudar patriarcado, raça e classe na luta por reforma agrária popular no campo nordestino está relacionada ao fato de um encontro necessário com a temática de raça já iniciada na especialização em história e cultura afro-brasileira. Também, porque a dinâmica racial e o patriarcado são sentidos, cotidianamente, em meu corpo, no meu gênero, na minha trajetória, bem como nos corpos, gênero e trajetórias de tantas companheiras.

A proposta desse estudo, portanto, busca refletir sobre a invisibilidade e a exploração do trabalho feminino negro no campesinato nordestino. Para tanto, considera-se imprescindível recorrer ao processo histórico de consolidação e adaptação desse sistema, sem o qual seria impossível compreender os fenômenos contemporâneos de exploração capitalista, que se renovam, sem deixar, contudo, sua característica principal de aferir a máxima capacidade de lucro ao proprietário dos meios de produção.

Neste aspecto, se faz necessário construir elos com a temática pesquisada numa perspectiva geográfica, em função da relevância dos estudos territoriais na interpretação dos fenômenos geográficos contemporâneos. Registra-se que o alicerce teórico do texto está fundamentado nos conceitos e categorias da ciência geográfica, bem como no materialismo histórico dialético, que permite compreender como se desenvolvem concretamente essas relações sociais no território. Infere-se, assim, que o território é construído e delimitado por e a partir das relações de poder entre as classes antagônicas, sendo formado a partir do espaço e resultante da ação social. Portanto, justifica-se a importância de compreender como essas classes materializam seus conflitos nessa porção do espaço.

Nesse sentido, destaco que refleti, no presente trabalho, Território, Territorialidade e Campesinato enquanto categorias geográficas. De acordo com Raffertin (1993), o território é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos mantêm entre si e com

a natureza, “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFERSTIN, 1993, p.143). Ainda de acordo com autor, essa apropriação é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território.

Infere-se, assim, que o conceito de território nos permite analisar processos diferenciados que influenciaram o processo de produção e reprodução do espaço, dando uma colaboração riquíssima a todo e qualquer trabalho geográfico que busque compreender fenômenos de ordem, política, social, econômica.

O território se caracteriza pela multidimensionalidade do ser humano, que é natureza e sociedade ao mesmo tempo, argumenta Fernandes (2009). Assim sendo, os seres humanos têm centralidades na formação de cada território, cristalizando relações de influência efetivas e simbólicas, “as territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009, p. 10). A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo: “elas (as territorialidades) dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88).

Pois bem, para pensarmos essa realidade do campo trazemos presente o conceito de territorialidade para estabelecer uma clara relação entre diferentes tipos de territorialidades. Citamos o patriarcado como uma territorialidade, territorialidade do capital desenvolvido em nossa sociedade com status colonial e em oposição a esta territorialidade situamos a força das mulheres negras do campesinato numa abordagem chayanoviana. Ou seja, com base na exploração familiar como unidade central da economia camponesa que traz, entre outras características, a diferenciação entre a unidade camponesa, que produz valor de uso, e a empresa capitalista, que produz valor de troca; Chayanov (1981). Tal abordagem reconhece, então, uma natureza não capitalista na economia camponesa, e enxerga uma relação entre esforço produtivo, economia camponesa e necessidades definidas pela cultura.

Aqui o debate sobre as convergências entre patriarcado e raça tem como ponto de partida o questionamento da possibilidade de compreender as desigualdades presentes na formação do campesinato nordestino. Afinal, “Etnia, raça e terra são, também, questões estruturais no Brasil, particularmente quando verificamos que elas tornam grandes massas populacionais excluídas no Brasil, impossibilitando que a maior parte da população negra possa participar dignamente do desenvolvimento do país” (FERNANDES; FONSECA; SILVA; GIRALDI, 2007, p.158).

A geografia principia tendo o método dos trabalhos de campo como parte basilar das funções atribuídas ao geógrafo (a), conforme argumentam Alentejano e Rocha-Leão, “o

trabalho de campo, que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 53).

No entanto, Cicourel (1980 *apud* COSME, 2016, p.44) alerta que o pesquisador (a) não pode começar a descrever nenhum fenômeno social sem uma teoria sólida que reflita sobre esse concreto. Assim, o autor demonstra preocupação com a busca desenfreada pelos dados objetivos, quando muitas vezes se esquece da teoria ou da importância da objetividade, mas como potencial metodológico e teórico.

Assim, com vistas a compreender o processo de (in) visibilidade do trabalho da mulher negra no campo nordestino, a opção aqui tomada para o embasamento na realidade, se alicerça no método histórico-dialético, como referencial teórico, pois:

A postura dialética leva a compreender que dados subjetivos (significados, intencionalidade, interação, participação) e dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) são inseparáveis e interdependentes. Ela permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto (MINAYO, 2005, p.32 *apud* LANDIN; PINHEIRO; LOURINHO, 2016).

Para tanto, se faz necessário assinalar

a diferença entre método de interpretação e método de pesquisa, evitando assim qualquer equívoco no caminhar da pesquisa, como assevera os autores quando da não distinção destes. O primeiro relaciona-se à concepção/visão de mundo do pesquisador, suas posturas filosóficas, ideológicas e políticas que regem a pesquisa científica. Já o segundo seria o conjunto de técnicas utilizadas em determinada pesquisa, não implicando diretamente um posicionamento político-filosófico ou concepções existenciais do investigador. (MORAES E COSTA, 1999 *apud* COSME, 2015, p.33)

Cabe destacar outro fator que se destaca neste aspecto, que ocorre quando:

enaltecem o compromisso com o real que deve ter o pesquisador e quando a teoria não explica este, ela, a teoria, que deve ser revista e não o contrário, indaga-se: quais os caminhos teóricos que contribuiriam para uma leitura mais explicativa da realidade agrária brasileira, consequentemente, fazendo emergir à superfície as contradições e tensões mais profundas que permeiam a produção deste espaço. (MORAES E COSTA 1999 *apud* COSME, 2015, p 38)

Dessa maneira, a situação da pesquisa concreta nos levou a mudar a opção metodológica inicial que seria uma junção de grupo focal e observação participante. Essa mudança ocorreu, inicialmente, pela escassez de referências bibliográficas na área, nos

colocando a importância de mobilizar vários (as) autores (as) para construir pontes de diálogos e além disso, a série de atribuições relacionadas a uma carga de trabalho intensa que, em enquanto mulheres negras, temos nos desafiado a assumir. Contudo, é importante demarcar que esse fato abre portas para a continuidade desse estudo que acreditamos se fazer necessário.

Neste sentido, ao longo da pesquisa buscamos nos instrumentalizar de referências bibliográficas que nos possibilitassem apreender tais relações presentes no campo nordestino. A importância desse preâmbulo está relacionada com a seriedade de uma pesquisa na área geográfica que demanda, cada vez mais, uma postura crítica e dialética e da necessidade de desconstruir estereótipos a partir do desvendamento da atual situação das mulheres negras no campo nordestino. Além disso, é necessário para indicar a importância que a reflexão metodológica adquire na pesquisa contemporânea, sobretudo, daquela que se coloca o desafio da auto reflexividade, ou seja, de pensar-se enquanto se faz e saber-se limitada.

Não é fácil dar nome a nossa dor, teorizar a partir desse lugar. Sou grata as muitas (os) mulheres e homens que ousam criar a partir do lugar, da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teórica. (HOOKS, 2013, p. 103)

Esse trabalho existe porque, de fato acreditamos na força e na simbologia da resistência feminina, que através dos processos históricos vivenciados, foram se firmando e consolidando uma territorialidade de resistência.

Deste modo, entendemos que a investigação teórica é realizada a partir de aproximações sucessivas do real: dos fatos à abstração e novamente retornando aos fatos, buscando na história e na particularidade do caso estudado as interações que possibilitem a construção da teoria. Na pesquisa qualitativa, a teoria pode e deve ser reconstruída no processo de interpretação da realidade particular e não engessar a capacidade imaginativa do pesquisador (a). Portanto, “sendo o ponto de partida, a teoria não é a palavra final. Ela pode ser até o ponto de chegada da trajetória da pesquisa, mas, provavelmente, sairá transformada do processo, visto que o que se privilegia nesse tipo de pesquisa é o diálogo”, já que “a realidade tem sempre um peso maior e, talvez, ela sim possa dar a última palavra”. (NETTO, 2011, p. 344)

Assim sendo, consideramos relevante situar o que denominamos como o objeto da pesquisa ou seja, a invisibilidade das mulheres negras no campesinato e no trabalho e a questões de raças e de patriarcado e a hipótese e contribuição teórica/empírica para entender tal invisibilidade na formação do campesinato nordestino. E o fazemos devido à pouca

referência a esses temas em tal área de pesquisa. Essa realidade afirma a necessidade de saber sobre a resistência histórica, os desafios que se colocam, enfim, sobre os caminhos das mulheres negras e camponesas nordestinas.

Neste aspecto, durante a estruturação dos quatro capítulos optamos por iniciar o texto apresentando o processo histórico do campesinato nordestino situando a raça e o patriarcado nesse processo, no intuito de criar condições para a descrição mais rica possível. A escrita deste capítulo durou mais tempo porque é vasta a produção acadêmica no aspecto mais da questão agrária. Essa releitura de clássicos da questão agrária possibilitou a compreensão de uma concepção sobre a reforma agrária como uma política norteada pelas dívidas sociais históricas para com os (as) excluídos (as) pelo processo de desenvolvimento nacional desigual e verticalizado que, segundo autores como Martins (2000), teria gênese na abolição da escravatura em 1888.

Na continuação dos demais capítulos, buscamos fazer aproximações graduais com o referencial teórico. Desse modo, no segundo capítulo, a tentativa foi de partir dos olhares, das andanças, das percepções, dos sons e dos silêncios, dos tempos e das atividades, para refletir sobre esse referencial. Todo esse esforço se pautou na necessidade de entender como se evidencia essa territorialidade do patriarcado enquanto dominação que antecede e complementa o capitalismo. Para tanto, optamos por delinear uma breve conceituação desse termo, objetivando compreender a expropriação da força de trabalho produtivo e a consequente invisibilidade desse trabalho da mulher negra no campo.

Outra questão que é importante ressaltar é que o pouco conhecimento do referencial teórico do objeto da pesquisa foi um dos desafios detectados a serem superados ainda na fase de reposicionamento da temática da pesquisa que sobreveio na disciplina de Cultura, Identidade e Organização Social, cursada no programa de mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (UNESP/ENFF). Neste sentido, como mecanismo de aproximação teórica com o tema, houve um esforço na construção do artigo intitulado: “Mulheres negras: entre o vermelho e o lilás”, trabalho de conclusão da disciplina apresentado no Seminário de Geografia Agrária realizado em Curitiba em 2017.

Estas leituras originaram o terceiro capítulo, que trata do debate de gênero na interseccionalidade com classe, raça e etnia. Além disso, o debate da disciplina, acima mencionada, também incidiu no que concerne aos elementos para pensar a questão da identidade da mulher negra e camponesa.

A partir de então ocorreu à necessidade de reforçar o entendimento da questão agrária,

vinculada a questão de raça e classe, entendendo que ela forja os/as sujeitos/as a reivindicação da igualdade de condição de luta, na necessidade do acesso à terra e ao trabalho e, finalmente, os frutos desse trabalho. Nesse sentido, finalmente é tecido o texto do capítulo que pretende sintetizar as aprendizagens da pesquisa, os elementos centrais ao trabalho e os desafios que se apresentam, quando se considera as possibilidades da resistência negra no feminismo camponês e popular.

Apontamos deste modo, que o presente trabalho partiu de um tratamento metodológico caracterizado pelo processo de leitura e busca de material de leitura como livros, artigos, dados, além de documentos organizados pelo próprio MST, Derivam daí as sedimentações teóricas que nos levaram a centrar o texto e o trabalho nos saberes, nas experiências vivenciadas e na trajetória reforçando o sentido da ausência significativa de estudos mais consistentes sobre a temática e compreendendo os silêncios dessa ausência.

2 A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NORDESTINO E A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA

As mulheres negras vivenciaram, ao longo de todo período histórico da formação social do campesinato nordestino, uma série de processos que desaguarão na atual realidade e que coloca desafios para a sua permanência no campo. Esses processos estão vinculados à luta pela posse e uso da terra, principal meio de produção no trabalho agrícola, além das relações de produção e forças produtivas que compõem esse território.

Isso ocorre porque a partir do surgimento da propriedade privada dos meios de produção, as relações de produção passam a ser fundamentadas na exploração da força de trabalho culminando na consolidação do modo de produção capitalista no continente europeu. Neste aspecto, o capitalismo é fruto de um processo histórico que se efetivou também a partir de sua mundialização e é caracterizado de acordo com cada período histórico e também conforme a realidade social, política e econômica de cada país. É importante salientar que essas relações capitalistas de produção e exclusão estão imbricadas a relações de domínio e de hierarquização do latifúndio. O capitalismo nasce na colonização, mesmo que em um modo de produção diferente, que seria o escravocrata. Quando há a abolição essa associação capitalismo e latifúndio permanece como modeladora das relações de poder e opressão da nossa sociedade.

Conforme os(as) estudiosos (as) da tradição marxista sintetizam, o pensamento crítico da economia política desenvolvida a partir de Friedrich Engels e Karl Marx, traz uma análise profunda sobre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista, e, por consequência, das relações humanas existentes na produção, que levou a identificação das determinações econômicas e sociais da relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista, nas quais ocorre uma relação de exploração, em que o trabalho está subsumido ao capital.

A obra “A questão Agrária” de Karl Kaustsky escrita em 1898 inaugura, no campo dos estudos marxistas, reflexões em torno da temática da questão agrária. Segundo estudiosos (as) da questão agrária, esta se constitui enquanto primeira reflexão elaborada a partir de um referencial crítico para entender o desenvolvimento do capitalismo no campo. Nesta obra, Kaustsky (1980) busca compreender transformações agrícolas que ocorreram na Alemanha entre os séculos XV e XVI. O diferencial aqui é a descrição da exploração capitalista no campo, assim como a análise da classe camponesa daquele período histórico.

Neste aspecto, aqui se entende a questão agrária como o direito de propriedade, posse

e uso da terra em cada período histórico, instalando um debate a partir de vários pontos. Os estudos sobre a questão agrária brasileira apontam uma série de possibilidades de reflexões que estão inseridas num leque de problemáticas que se fundamentam na forma como está estabelecida a propriedade da terra no capitalismo, porque a propriedade da terra no capitalismo não é como parece, apenas um dado, um número, um tamanho, “a propriedade da terra é uma relação social” (MARTINS, 1980, p. 42).

Neste sentido, apesar de ser um tema complexo, a análise da questão agrária nos possibilita compreender sob que parâmetro se desencadeia a exploração capitalista na nossa sociedade. A manutenção do latifúndio e da propriedade privada das terras no Brasil resultou e promoveu a desigualdade social, miséria e pobreza no meio rural e, conseqüentemente, nas cidades. Logo, é possível compreender que a constituição do capitalismo no país é capaz de gerar o antagonismo entre as classes, o conflito, a precarização do trabalho e das relações sociais, colocando tudo no nível do individualismo e da concorrência pela sobrevivência humana.

A questão agrária brasileira está intimamente ligada ao processo histórico de colonização do país, iniciando com o processo de distribuição de grandes extensões de terra como as sesmarias e com o agravamento da concentração de terras no país na criação da denominada Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em mercadoria. Dessa maneira, isso aconteceu desde a consolidação da Lei de Terras de 1850, passando por todo o processo de industrialização dependente e mesmo após a entrada do capital financeiro e internacional na agricultura.

Durante todo esse processo histórico, a grande propriedade da terra se manteve inalterada e foi basilar para garantia da monocultura, produção para exportação, superexploração do trabalho, expropriação de terra, degradação ambiental, entre outros elementos que contribuem, ainda hoje, para a manutenção das altas taxas de lucro da classe dominante e do enorme abismo social séculos depois.

Na construção desse capítulo, que consideramos essencial para poder entender sobre que parâmetros se dá a invisibilidade do trabalho da mulher negra no campo nordestino, elencamos os principais aspectos históricos vinculados à posse e à propriedade da terra no Brasil, mais especificamente na região Nordeste. Entendemos que esse embasamento servirá como pano de fundo para analisarmos esse campesinato e também para compreender a atualidade da questão agrária nessa região do país.

2.1 A construção histórica do território e do campesinato nordestino

A região Nordeste se conforma enquanto território com características próprias e marcada pela negação do acesso às condições mínimas de dignidade a sua população. Todavia, essa realidade diagnosticada a olho nu é fruto de um processo histórico de negação de direitos que não ocorreu sem luta e resistência de mulheres e homens a partir de vários movimentos sociais que povoaram a história desse lugar no seu processo de formação.

No entanto, segundo Bernardes (2007, p. 43):

Falar em processo histórico da formação do Nordeste significa ter presente que a região não existiu desde sempre e as concepções sobre suas características, ou mesmo, sua delimitação geográfica sofreram mudanças ao longo do tempo. [...] Em outras palavras, apesar de uma base geográfica relativamente imutável, durante um tempo bastante longo, não houve nenhuma percepção da existência de uma territorialidade denominada Região Nordeste. Isso não quer dizer que elementos de sua formação não tivessem já uma existência espacial, mas significa que não eram percebidos como parte de uma divisão institucional e geográfica denominada Nordeste. (BERNARDES, 2007, p. 43)

Nesse sentido, o território, ao longo do tempo, vai incorporar as adequações necessárias construídas pelo Estado brasileiro para garantir as assimetrias regionais. O Nordeste brasileiro é resultado do desenvolvimento da atuação política e econômica regional depois da grande seca. Dessa forma, o Nordeste foi produzido pelo imperativo de promover a desigualdade, nesse acordo desumano de desenvolvimento e escassez, riqueza e pobreza edificado pelo sistema capitalista de produção.

Compreendemos, assim, e em concordância com Fernandes, que “relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade” (2009, p. 3). Logo, o território é caracterizado por ser um espaço de conflitualidades e se faz indispensável analisar os conflitos sociais e as relações de poder que neste se desenvolvem. Infere-se, assim, que o território é construído e delimitado *por* e a *partir* das relações de poder entre as classes antagônicas, sendo formado a partir do espaço e resultante da ação social. Portanto, justifica-se a importância de compreender como a construção desse território condiciona os sujeitos sociais e seus conflitos nessa porção do espaço.

Nesse sentido, para fins de compreensão propomos aqui pensar essa constituição em três grandes períodos traçando em linhas gerais a sua formação territorial.

2.1.1 Nordeste: centro da colônia brasileira

A consolidação do capitalismo europeu se deu a partir de sua mundialização para outros continentes a partir da “acumulação primitiva”, processo sobre o qual refletiremos mais adiante. Mas aqui essa conexão se faz necessária porque, a partir desse período, inicia-se a chamada colonização das terras na América portuguesa. Bernardes, por exemplo, nos mostra que a formação do que um dia viria a ser o Nordeste está diretamente ligada à história da colônia brasileira pois essa porção geográfica esteve assinalada desde os primórdios “por uma lógica de apropriação radicalmente diferente àquela das tribos indígenas que eram seus primeiros habitantes. (BERNARDES, 2007, p.43)

Dessa forma como argumenta Souza (2017, p. 45), foi por meio da apropriação latifundiária e da concentração da terra pelos colonizadores através da repressão, tortura e morte que o índio e o negro foram excluídos social e territorialmente de modo que tal marginalização não permitiu que tivessem acesso nem ao direito à terra muito menos a condições financeiras dignas (SOUZA, 2017, p.45).

No período compreendido entre 1500 e 1822, com a finalidade de proteger as terras recém conquistadas dos franceses e holandeses, bem como ocupá-las e fazê-las produzir, Portugal instituiu o sistema de capitanias hereditárias, baseado no regime de sesmarias. A sesmaria encontra no Brasil “seu destino econômico” e implementa uma espécie de distribuição de terras caracterizada pela prevalência do latifúndio nas mãos de poucos. Para ser candidato a uma sesmaria a pessoa deveria cumprir aos seguintes requisitos: ser abonada e capaz de gerir com recursos próprios um engenho de açúcar (SANTOS, 1995).

Com a proibição da concessão de sesmarias, inicia-se, no Brasil, um período de quase ausência do Estado em relação à regulamentação de terras. Esse período é caracterizado por apossamentos de terras, promovidos de forma ampla e indiscriminada, nos quais “ao mesmo tempo, também havia favorecimento dos pequenos camponeses, uma vez que, a ocupação passou a tomar o lugar das concessões do Poder Público e se firma como originário de aquisição do domínio de imóveis” (BAMBIRRA, 2016, p.24)

Ao mesmo tempo, também havia o pequeno posseiro, “ao atacar de frente todo poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra”. (SANTOS, 1995 *apud* BAMBIRRA, 2016, p. 24),

Nesse aspecto, durante todo esse processo histórico vamos ter movimentos de resistência e luta contra o monopólio da terra. Essa resistência vai se apresentar através das:

[...] lutas agrárias como um contraponto ao projeto racista e desigual implantado no Brasil, primeiro com a invasão portuguesa incidindo na escravidão e genocídio dos índios e posteriormente durante o período escravocrata, assegurado na concentração de terras e na escravidão de pessoas negras. (SOUZA, 2017, p.45)

De outro modo é preciso destacar ainda em acordo com Bambirra (2016) que pela durante todo esse período a terra ainda não era considerada mercadoria em função da mercadoria está configurada nas pessoas escravas. Nessa compreensão, segundo a autora, só em 1850 após a promulgação da Lei de Terras “é que se pode falar em propriedade privada da terra”

Para Cláudia Alves Durans (2016, p. 24 apud BAMBIRRA):

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra – populações livres – podemos concluir que, à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativo) parcelas de terra às quais tinham direito por “serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criou as premissas de sua marginalização social.

Em função da necessidade da acumulação de capital europeia realizou-se aqui um processo de espoliação das riquezas naturais, sem precedentes. As unidades de produção agrícola conhecidas na literatura especializada como plantation, que tem como características: grandes fazendas, monocultura, exportação como destino de produção, mão-de-obra escrava. Esse complexo econômico estava marcado pela “exigência de mobilizar vultosos capitais, uma rede internacional de distribuição comercial, a concentração da propriedade da terra consequente concentração de renda e a existência de formas violentas de submissão da mão-de-obra, ou seja, a escravidão (BERNARDES, 2007, p. 43).

As relações de trabalho não estavam baseadas em qualquer tipo de regulação e o alvitre decorrente dos senhores fazia com que escravos trabalhassem à exaustão. As jornadas de trabalho nas lavouras ultrapassavam 15 horas diárias. Consequentemente, as condições de sobrevivência nas senzalas eram degradantes. Durante mais de três séculos a escravidão deixou como legado para a população negra, em sua maioria, a espoliação, violência e o preconceito. Como salienta Schawarcz (1998, p. 185) “A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos e a violência se disseminou na

sociedade das desigualdades e da posse de um homem pelo outro”

Neste sentido, é preciso destacar que para as mulheres negras o ritmo do trabalho também foi intenso desde esse período, com funções que se estendiam desde o trabalho nas plantações passando pelas atividades domésticas realizadas, chegando a incumbência de proporcionar prazer sexual ao seu senhor.

Ao reduzir o escravo à condição de ‘coisa’ e negar-lhe toda e qualquer subjetividade, a escravidão constrói-se sobre a base da indiferenciação dos indivíduos a ela submetidos. A disposição fisiológica que capacita a mulher a desempenhar o papel central na procriação, por sua vez, vistas as características de um regime que não reproduzia sua população escrava, não parece ter-se transformado, como em outras sociedades, em base material de funções sociais particulares. Em outras palavras, tudo indicaria a inexistência de uma “condição da mulher escrava”, particularizada seja frente à “condição do escravo em geral”, em um nível, seja frente à condição da mulher em geral, em outro. (GIACOMINI, 1988 apud RATTS, 2015, p. 4)

As condições desumanizantes em que se baseou a escravidão não possibilitaram nenhum atenuante ao fato de ser mulher escravizada. “O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidade de trabalho, lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (DAVIS, 2016, p.17). Mas, ao contrário, pelo fato de serem mulheres eram submetidas a situações de violência sexual.

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (Idem, ibidem, p. 180)

Mas, pensando especificamente, no caso da escravidão no Brasil, Barreto, citando Lélia Gonzalez, pontua:

Lélia avalia o papel da violação na relação entre o colonizador e as mulheres negras e indígenas também, pois foi o estupro a chave do mito da democracia racial - uma dita harmonia sexual conseguida através da violência física e moral. O estupro e a reprodução do trabalho escravo situam a experiência do corpo feminino negro na escravidão [...] nas representações posteriores sobre as afroamericanas e brasileiras, o corpo se constituiu em lugar de inscrição da violência física e simbólica. (BARRETO, 2005, p. 104)

Além disso, é necessário contextualizar que estas características marcantes do período

colonial estão conectadas ao surgimento do capitalismo como sistema político econômico em ascensão nesse período. “Efetivamente, num sistema em que a vida está subordinada a produção de lucro, a acumulação da força de trabalho só pode ser alcançada com o máximo de violência” (FREDERIC, 2017, p.35). Na associação entre escravidão e processo de acumulação primitiva, Tristan e Assunção (2017, p. 110 e 112):

A escravidão e o comércio de escravos foram pilares do processo de acumulação primitiva do capital. Como Eric Williams e outros deles demonstraram, o racismo surge como ideologia da escravidão, e a forma moderna da escravidão é uma das marcas do início do capitalismo. [...] O capitalismo se formou sob as mãos de negros e negras escravizados e escravizadas. Assim, este que é um sistema social que depende da exploração da força de trabalho de uma classe, a trabalhadora, em benefício de outra, a burguesa.

Assim, como argumenta Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p.29), “as duas capitânicas que se tornaram prósperas empregaram uma fórmula simbiótica que caracterizou grande parte da história brasileira: uma parte dominante baseada na grande propriedade subsidiada pelo Estado”, outra, continua os autores como “segmento responsável pelo provisãoamento de alimentos, escravos, ferramentas e outros serviços”. Devido a isso, colocam a questão: “como Pernambuco se tornou um dos estados mais pobres do Brasil, enquanto São Vicente se transformou no Estado de São Paulo, de longe, o mais rico do Brasil?” (*Idem, ibidem*). Apenas se analisarmos o processo histórico e as dinâmicas regionais podemos compreender esse processo. Bernardes a posta em alguns caminhos:

Em todo o período colonial, é possível afirmar que a formação da região Nordeste apresenta-se sob dois aspectos essenciais. A formação de uma elite de proprietários, militares, letrados, altos funcionários, clérigos, comerciantes que possuem laços de parentesco ou de interesses que ultrapassam as fronteiras das respectivas capitânicas e que elaboram, pouco a pouco, uma *identidade* comum, não necessariamente contrária, mas distinta da identidade do colonizador. E a formação de um *território*, tendo por base o espaço geográfico, mas, sobretudo, a implantação de estruturas administrativas, de uma base produtiva voltada para a exportação de produtos primários, a grande propriedade, a escravidão. (BERNARDES, 2007, p. 43)

É importante demarcarmos esse elemento para que possamos assimilar questões específicas no processo de formação social dessa região que foi capaz de contribuir para o desenvolvimento de uma categoria de pequenos e médios proprietários, que tanto podiam conviver com a grande propriedade como encontrar-se em conflito.

Antes da criação do Estado Nacional, dois acontecimentos tiveram, também, uma importância fundamental na crise do antigo sistema colonial e trouxeram importantes mudanças na reestruturação do espaço colonial: a instalação da sede da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro (1808) e a

eclosão da Revolução Constitucionalista no Porto (1820). A instalação da sede da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro redefiniu a territorialidade do espaço colonial e alterou a antiga relação entre colônia e metrópole. O centro do poder não se situava mais do outro lado do Atlântico, mas sim no próprio solo da colônia. (BERNARDES, 2007, p. 51)

O Estado de São Paulo, por sua vez, “continuou a desempenhar um papel importante no abastecimento das colônias [...] desde então não perderia sua função de provedor, mas mudaria suas atribuições.” (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014, p. 35), por exemplo, “sendo o maior ‘destinatário de imigrantes’ também recebeu engenheiros ingleses que conduziram a construção das estradas de ferro e outros tantos profissionais. Essa dinâmica iniciou as condições de um processo que faria desse estado o mais rico do país.” (Idem, *ibidem*).

Entretanto, é importante salientar no que concerne a formação histórica do território nordestino, uma série de movimentos sociais que organizaram a resistência no Brasil imperial, embora não tenhamos condição aqui de desenvolver uma reflexão mais elaborada sobre cada um deles. Considero importante citá-los para que possamos pensar a razão de sua existência nos marcos desse território. A saber: “a Revolução de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Revolução Praieira (1848), a Guerra dos Maribondos (Ronco da Abelha, na Paraíba) (1852), os Quebra-quilos (1874- 1875)” (BERNARDES, 2007, p.58). Vale ressaltar que vários desses movimentos tiveram associações fortes entre luta pela terra e questões de classe e raça, ainda que o conceito que hoje temos para compreender esses fenômenos não estivesse presente enquanto palavra enunciada na boca dos insurgentes daquelas lutas.

Nesse sentido, concordo com Souza, quando afirma:

A luta pela terra no Brasil tem historicamente um vínculo com a questão racial e gera, portanto, uma luta de classe, a cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra. Aqui a questão da colonização do território aconteceu a partir da questão racial, o sistema de colonização manteve estruturas econômicas, políticas e culturais que foram capazes de perpetuar territorialmente a divisão sócio racial da população. (SOUZA, 2017, p. 45)

2.1.2. Independência: Lei de terras e Abolição

A Independência acabou se tornando uma tentativa vitoriosa de manter o controle sobre o território da colônia portuguesa pelas elites brasileiras. Além disso, resultado da crise do sistema colonial e legitimando a criação de um Estado nacional soberano, contraditoriamente, nascido sob o signo das mudanças políticas trazidas pela Revolução Francesa, apesar da sobrevivência da escravidão, a principal herança do período colonial.

Os anos que vão de 1850 a 1930 demarcam momentos importantes na formação histórica do Nordeste. O primeiro é a Lei de Terras em 1850, já citada, na qual a terra é

legitimada enquanto mercadoria, normatiza desta forma a propriedade privada da terra, impedindo o acesso à terra por parte da população negra.

Outro elemento importante foi à “abolição” da escravatura oficializada com a Lei Áurea em 1888. Vale salientar que a abolição foi um processo lento e gradual, uma conquista resultante de um longo processo de ações em que a população negra e seus aliados tiveram que passar pelo aprendizado da luta política, no qual o preço resultou, muitas vezes, na vida das pessoas envolvidas. Na formação de sua contra - hegemonia, o movimento abolicionista “unificou os grupos mais diversos e deu expressão aos interesses mais variados. A convivência de amplos setores da sociedade permitiu às camadas populares e aos escravos se mobilizarem na luta contra a escravidão. Foi essa mobilização que levou a aprovação da Lei Áurea” (COSTA, 1983 apud MENEZES 2009, p. 99 apud).

Além disso, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre também ocorre em função de pressões externas: “o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis de existência humana e da produção, para benefícios das coroas e dos colonizadores” (FERNANDES, 1998, p. 97). O poder econômico, representado neste período por países como a Inglaterra, precisava de panorama caracterizado pelas livres relações de trabalho para possibilitar o escoamento de seus produtos industrializados e isso contrastava com os empecilhos do sistema escravocrata.

A partir da Lei Áurea novas questões são colocadas. Se por um lado, a tão esperada liberdade concretizava-se para negros/as, por outro a falta de perspectiva e preparo para o trabalho competitivo e qualquer forma de integração numa sociedade capitalista não parecia fazer parte da realidade dos povos escravizados (as), pois “a mudança de estado social não acarretava ‘a redenção da raça negra’” (FERNANDES, 1978, p. 28). Acompanhando as colocações de Florestan Fernandes, verificamos que os seres humanos escravizados em sua maioria, tiveram que escolher entre “a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se a massa de desocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região” (1978, p. 17).

A abolição retirou dos senhores a possibilidade de exploração do trabalho alheio sem qualquer contrapartida remuneratória e com cerceamento de liberdade, mas, em decorrência da falta de capacitação dos libertos; de recursos para recomeçarem e de conhecimento sobre os próprios direitos, a libertação se fez apenas formalmente [...] Ainda por completo dependentes dos senhores de outrora, ou tendo apenas realizado a troca destes por um novo senhor, foi necessário aos libertos, por instinto de sobrevivência, submeterem-se, agora mediante contrato assinado, a condições degradantes, desumanas e injustas de trabalho.[...] Aos negros e aos índios alforriados e

libertos foi permitido, tão somente, escolher o relento sob o qual permaneceriam; não houve, em momento algum, a viabilização de oportunidade de sustento capaz de garantir um teto, um pedaço de chão, ou mesmo de possibilitar sonhos de melhoria para as gerações vindouras. (RODRIGUES, 2018, p.178)

Os negros (as) livres, finalmente, encontraram graves problemas estruturais à sua frente, desde a não submissão a trabalhos degradantes que lhes lembrassem o passado recente à não concordância dos antigos senhores de se relacionar com pessoas que tinham sido escravizadas como seres humanos livres. Esse desentendimento acarretou um sério problema, principalmente, para os negros e pardos, já que os produtores possuíam a alternativa da força de trabalho dos imigrantes europeus.

Para substituir a mão de obra escrava há uma vinda de quase dois milhões de camponeses (as) pobres europeus do período de 1875 a 1914. Esses trabalhadores (as) contavam com as vantagens de possuir experiência com o trabalho livre, e demonstrar responsabilidades no cumprimento das cláusulas contratuais, conhecimento técnico superior, e serem acostumados com o modo de produção capitalista na Europa.

Os (as) negros(as), por seu lado, foram excluídos/as daquela nova lógica de produção e desejavam dispor de sua força de trabalho e de seu tempo. Ao recusarem tacitamente aquele novo regime, estes (as) trabalhadores (as) passaram a ser tidos como indivíduos irresponsáveis, inúteis, vagabundos e incapazes de cumprir acordos. Dessa forma, a luta dos negros por um espaço naquela sociedade era desumana; estavam sozinhos “abandonados à própria sorte”. O Estado, por sua vez, não propôs nenhum plano de assistência que visasse a inclusão dos (as) negros (as) e pardos (as) classe trabalhadora negra na nascente sociedade de classes.

Nesse período, as mulheres negras ficaram responsáveis pelo sustento das famílias, já que, para os homens, como já dito, a inserção formal no mundo do trabalho era difícil as mulheres tiveram mais sucesso na busca por trabalhos. Umas domésticas, outras trabalhando como lavadeiras, engomadeiras, costureiras (em suas próprias moradias). “O trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens ao estado tal de dependência e de penúria que as mulheres se converteram no seu principal expediente na luta pela vida” (FERNANDES, 1978, p.94).

Ainda, segundo Florestan, a princípio não havia um excesso de opressão das mulheres pelos seus companheiros, no entanto, com o tempo e devido à falta de emprego adequado e coerente com as suas aspirações

A própria dependência econômica em relação a mulher foi aceita, concedida ou aprovada socialmente não obstante surgiu o incentivo favorável para institucionalização e muitos homens passaram a negligenciar seu interesse

convertendo-se independente sistemático da Mulher em matéria de alimentação alojamento e pequenas quantias para as despesas cotidianas. (FERNANDES, 1978, p.95)

A população de mestiços, como não pôde ter acesso às terras, foi ocupando o interior do país, conhecido como “os sertões”. Os mestiços não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam de forma individual ou coletiva, se dedicavam a atividades de produção agrícola de subsistência. Para Maestri (2003, p.23), a formação do campesinato no Brasil se dá por cinco vias: “acreditamos que tenham sido sobretudo cinco as vias que levaram à formação do campesinato brasileiro propriamente dito são elas as vias nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial”.

A primeira Constituição republicana, datada de 1891, estava fundamentada no princípio do federalismo. Por esse motivo, determinou que as terras devolutas da União passassem para os Estados, agravando ainda mais a situação, posto que, com isso, cada Estado desenvolveu sua própria política de concessão de terras.

A passagem da propriedade das terras devolutas aos Estados permitiu que cada unidade federativa organizasse e mantivesse da forma que melhor entendesse a sua política de terras. Considerando que a administração das terras, dentro da qual se incluía a sua alienação, era considerada matéria de direito administrativo e tendo em vista que a constituição federal de 1891 atribuía ampla liberdade aos órgãos federados para que eles organizassem sua administração, pode-se notar que cada Estado passou a ter grande liberdade para dispor de suas terras. (SANCHES, 2008, p. 130)

Desencadeiam-se, então, maciças transferências de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e empresas de colonização imobiliária. Os impactos negativos causados aos camponeses foram tamanhos que estes começaram a se organizar e confrontar diretamente o poder do latifúndio. Foi assim que eclodiram no país algumas movimentações sociais, tais como, Canudos (1896-1897), na Bahia, Contestado (1912-1916), no sul do Brasil, Caldeirão (1936-1938), no Ceará, o Cangaço (1870-1940).

Ressaltamos que todos os movimentos acima mencionados foram fortemente reprimidos pela União, que enviou as forças armadas para pôr termo a qualquer inconformismo. “Não foi a (ameaça de) Monarquia que os militares combateram em Canudos e Contestado. Foi à ameaça ao latifúndio, a insurreição dos pobres no campo”. Além disso, salientamos que esses movimentos têm em sua formação uma grande maioria de pretos (as) e pardos (as), fato que associado à questão de classe serviu como ensejo à forte repressão militar. Assim, no âmbito dos movimentos camponeses, em suma, temos que, “até 1940 o messianismo e o cangaço foram às formas dominantes de organização e de manifestação de

rebeldia camponesa” (MENEZES 2009, p. 25 apud COSTA, 1983).

2.1.3 Nordeste: da nova divisão regional ao agronegócio

Como salienta Bernardes (2007), no processo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra assalariada houve diferenciações também vinculadas as disparidades regionais típicas do sistema capitalista. Sendo assim, a região sudeste substituiu a mão de obra escravizada oriunda do continente africano pela mão de obra europeia. É obvio que essa questão não se pautou apenas na experiência que esses (as) trabalhadores (as) possuíam com esse tipo de trabalho. Essa escolha tem a ver com a tentativa de embranquecimento da população brasileira (assunto que discorreremos mais na frente). Além disso, “no Nordeste, recursos locais para financiar a vinda de trabalhadores europeus nem força política para mobilizar recursos do poder central para tal fim” (2007, p.42).

A solução encontrada pela grande lavoura nordestina no processo de substituição da mão-de-obra escrava foi facilitada pela existência de um grande contingente de pequenos e médios proprietários, especialmente, no agreste e, em menor escala, no sertão, mas também de uma massa de trabalhadores livres que ainda escapavam da submissão ao trabalho na grande lavoura. Assim, no Nordeste, especialmente na área açucareira, a grande propriedade pôde enfrentar o processo de substituição da mão-de-obra escrava, preservando o controle da terra e, ao mesmo tempo, submetendo uma grande parte da força de trabalho *livre* às relações de produção que não implicavam, necessariamente, um assalariamento pleno, mas preservavam ou criavam formas de relações não capitalistas. (BERNARDES, 2007, p. 61)

A crise capitalista associada à chamada “Revolução de 1930” contribuem para uma relativa fragilidade política da oligarquia rural nordestina, o açúcar perde valor no mercado e a maioria desta oligarquia passa a viver da renda da terra. A partir de 1930, o Estado rompe com o federalismo do período anterior e instaura um centralismo que se faz presente em todos os aspectos da vida nacional. “De fato, desta data em diante o recorte regional do território brasileiro afirma-se plenamente e passa a constituir uma referência fundamental na ação do Estado” (BERNARDES, 2007, p.67).

Apesar dessa definição até por volta dos anos 1940 o nordeste não tinha maiores impactos no cenário nacional, pelo contrário, as imagens houvera sido delineada era de uma povo empobrecido pela seca, o que foi usado como argumento dos governantes locais que iam em busca dos recursos públicos na esfera federal par atenuar a situação. O que na maioria das vezes não se resolvia por que não eram empregados para as demandas a que se destinavam. Segundo afirmam Shishito, Coguetto:

Todo esse contexto era conduzido pelo poder político de “coronéis”, provindos das oligarquias latifundiárias, que tinha como cenário político eleições duvidosas e fraudulentas e violentas disputas pelo poder que se apoiavam no discurso da seca e das políticas hídricas para garantir fundos que nem sempre eram destinados para esses fins, muitos dos investimentos, nesse sentido, eram revertidos para situações específicas que favoreciam a elite local. (2010, p 4)

Nesse aspecto, podemos detectar que a maioria dos problemas que originaram a pobreza da maioria da população habitante nessa região está relacionada com os seguintes fatores:

Os baixos rendimentos das atividades agrícolas, o domínio político da burguesia agrária-mercantil, a falência dos municípios como o exemplo das capitais que se apresentam como fortes receptores da migração desordenada em função da desorganização da economia regional e dos problemas agrários, gerando enormes problemas urbanos e, por fim, a dos estados constituintes da região que se tornam dependentes das políticas centralizadoras e perversas da União, tornando-os cada vez mais dependentes dos favores do governo, inibindo assim a autonomia deles. (SHISHITO, COGUETO, 2010, p. 4)

Desta maneira a ação compensatória do Estado para a região se concretizou na Superintendência de Desenvolvimento Regional (SUDENE), oficializada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 que buscava amenizar as diferenças ocasionadas pela modernização do Centro-Sul.

Seu primeiro plano diretor visava primeiramente promover o desenvolvimento da região, através de uma política de fomento a industrialização, como forma de substituir a economia agroexportadora por um novo polo dinâmico representado pelas atividades industriais modernas. (SHISHITO, COGUETO, 2010, p. 4)

A criação da SUDENE é um marco da ação estatal na região, que buscava se distinguir da política anterior.

cristalizava-se, de alguma maneira, um longo processo histórico da ação do Estado na região, uma visão crítica desse processo e o traçado de uma nova política, aliando um refinado diagnóstico da situação a exequíveis propostas de intervenção, para mudar tal situação [...] O Nordeste do qual emerge a criação da SUDENE e que, ao mesmo tempo, essa criação consagrava então, era um Nordeste com uma fisionomia política no interior da Nação, não mais aquela das suas tradicionais oligarquias. (BERNARDES, 2007, p.72)

Ao final da II Guerra Mundial, em função da alta do preço do açúcar há um processo de expulsão dos chamados foreiros² pelos proprietários de engenho da região. E há resistência

² Pessoas ou empresas rurais que fazem contrato com o proprietário de um imóvel – no caso rural – para ter

dos mesmos em sair da terra em razão dos anos de trabalho na contribui para um processo de unidade e auto-organização destes (as) camponeses e luta por direitos de forma de forma coletiva. Foi dessa forma que os trabalhadores (as) do Engenho Galileia com a atuação do advogado Francisco Julião puderam legalizar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco.

Esse fato foi considerado uma vitória expressiva e fortaleceu o crescente processo organizativo de trabalhadores (as) conquistando apoio nacional.³ Assim, em 1950, são criadas oficialmente as Ligas Camponesas. A partir de então, se acentua, no país, a luta pela terra com caráter de classe e, aliada a isso, uma pressão pela organização de uma legislação voltada para as questões trabalhistas no campo, porque essa parcela da classe trabalhadora precisava de uma regularização e precisava estar à disposição das ordens dos padrões. Assim, no curto período de governo de João Goulart, houve alguns acenos nesse sentido como a possibilidade da Reforma Agrária, o Estatuto do Trabalhador Rural e também a institucionalização do trabalho temporário.

No período da ditadura militar, as ligas camponesas foram eliminadas por serem consideradas uma ameaça à ordem social e a Reforma Agrária foi interrompida. Dessa forma, a política fundiária do regime militar (1964-1985) pode ser assim sintetizada: "apoio à capitalização e rápida modernização de determinados setores, áreas e produtos agrícolas; intocabilidade do latifúndio de áreas mais antigas de ocupação e implementação do latifúndio nas áreas de expansão agrícola" (SANTOS, 1995 apud BAMBIRRA, 2016, p. 26). Não obstante, uma das primeiras providências dos militares foi promover a reforma da Constituição de 1946 (entre outras, por meio da Emenda Constitucional nº 10⁴) e promulgar o

direito ao uso da terra e sua exploração durante certo tempo.

³ Segundo Aspásia Camargo, A questão deu notoriedade aos camponeses de Galileia e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam. Essa vitória localizada do movimento teve porém conseqüências contraditórias, pois se, por um lado, ela conseguiu apaziguar os ânimos e alimentar a esperança de acomodação através de soluções legais, por outro, estimulou as lideranças a prosseguirem na mobilização em favor de uma reforma agrária radical que atendesse às reivindicações camponesas em seu conjunto. [...] A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Pouco depois esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios limítrofes. Disponível <https://www.documentosrevelados.com.br/midias/videos/historia-das-ligas-camponesas-por-aspasia-camargo/> Acesso em 12 de dezembro de 2018.

⁴ A Emenda Constitucional nº 10 de 1964, à Constituição Federal de 1946, alterou alguns artigos da Constituição. No que interessa a esse trabalho destacamos as seguintes alterações: "Art. 4º O § 16 do art. 141 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação: "§ 16. É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, com a exceção prevista no § 1º do art. 147. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior". Art. 5º Ao art. 147 da Constituição Federal são

Estatuto da Terra.

O golpe ditatorial e militar buscou vincular o desenvolvimento regional à integração do território nacional e, dessa maneira, alterou a política em relação as áreas que não considerou centrais, é assim que a SUDENE perde seu desempenho. Em relação a acumulação capitalista, a escala regional foi utilizada numa perspectiva de super exploração de mão de obra, que foi considerada pela elite local a única possibilidade de obter lucro.

Dessa forma, a discussão da questão nordestina, se torna mais complexa, pois passa de vítima das condições climáticas, do mercado internacional e das tarifas cambiais, a vítima também da super exploração capitalista objetivada pelos centros de acumulação mundial dentro do espaço nacional sem que um problema exclua o outro. (SHISHITO, COGUETO 2010, p. 4)

A agricultura, que tinha papel fundamental na acumulação, com a industrialização, passa a fazer uma simbiose com a indústria, e esta assume o papel principal. A agricultura brasileira, neste período histórico, assume alguns papéis como: gerar divisas para pagamento das máquinas importadas das indústrias, demandando assim liberação de mão de obra barata do campo, com baixo salário para ter uma taxa de juros alta; produção de alimentos baratos; produção de matérias primas energéticas para indústria; produção para agroindústria, pois, neste período, os camponeses foram, crescentemente, deixando de produzir comida para produzir matérias primas para as agroindústrias; e, por fim, consumir os insumos das indústrias.

Por isso, surge “um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos, etc.” (STÉDILE, 2005, p.29). Tudo isso trata-se de um processo da modernização capitalista na agricultura, no qual o camponês está subordinado ao capital industrial. Nas décadas de 1960 e 1970, esse modelo da “Revolução Verde” ganha força, com a entrada de pacotes tecnológicos, vindo junto de um aparato estatal e institucional de pesquisa, extensão e crédito. Seguido de uma saída crescente dos agricultores do campo para as cidades. Há, assim, um processo de transformação capitalista acelerada da agricultura brasileira.

O Nordeste pós-1964, que a ditadura forjou é uma mistura de novo e velho Nordeste. Houve uma inegável industrialização, com a criação de novos ramos produtivos. Entretanto, uma anterior base industrial, notadamente têxtil, foi pouco a pouco eliminada do espaço regional. Parte da agroindústria modernizou-se, sem que se alterasse, todavia, a estrutura da propriedade da terra. Ao contrário, houve mais concentração e a cana

acrescidos os parágrafos seguintes: "§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo.

avançou sobre as terras ocupadas pelos posseiros e arrendatários. (BERNARDES, 2007, p.75)

O resultado evidente desse novo Nordeste é caótico, se por um lado há uma ideia de desenvolvimento ocasionado pelo avanço do agronegócio resultante da moderna agricultura irrigada, há também um aumento da exclusão social, pelo qual trabalhadores (as) são marginalizados, aumentando a periferia das cidades em torno desses modernos empreendimentos agrícolas:

Assim, a dolorosa modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas pré-condições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção da estrutura fundiária pretérita. Isso, evidentemente, excluía parcela significativa da população brasileira das "benesses" dos ganhos de produtividade e acentuaria as pressões inflacionárias contidas no modelo, como de resto, expulsaria as pessoas do campo numa escala ainda mais avassaladora. [...] O agronegócio, o complexo industrial voltado para a agricultura, se impôs como realidade dominante, ampliando a tenebrosa articulação entre expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. (NAKANI, FALEIROS e VARGAS, 2012, p.16)

Já no período compreendido entre os anos de 1980 a 2007, o modelo de industrialização independente entra em crise. Há um momento de transição, na década de 1990, com a entrada do modelo neoliberal na economia brasileira. Essa economia passa a ser hegemônica pelo capital financeiro e internacional. Nos anos 1980, em função do esgotamento do modelo brasileiro e da correlata crise da dívida, impõe-se a necessidade premente de geração de saldos comerciais crescentes, gerados, evidentemente, pela grande agricultura. Dos anos 1990 aos dias atuais, o setor agrícola obteve expressivo ganho de produtividade.

A produção agrícola tem aumentado significativamente, “o que demonstra uma acomodação da velha estrutura fundiária aos interesses da grande indústria e a típica capacidade brasileira de crescer economicamente sem realizar reformas” (JEZUS, 2010, p. 342). Vivemos um novo período de modernização das tecnologias, de novos produtos, instrumentos de acumulação de capital, como a biotecnologia, com os transgênicos e a nanotecnologia, os agro combustíveis.

O agronegócio, que aparece com força em 2000, é fruto da aliança entre as transnacionais, o latifúndio tradicional, os capitalistas, com apoio do Estado. A palavra “agronegócio” se transformou em sinônimo de sucesso econômico, dinamismo e modernidade, tanto que, como parte do projeto de sustentação dessa política, criou-se a denominação do

“agronegócio familiar”.

Para compreender esse contexto, é preciso entender que, no Brasil, a terra se configura como fator estruturante. Isso porque, estamos falando da transformação da terra em mercadoria como parte de um processo mundial de desarticulação do sistema escravista e desenvolvimento de um mercado consumidor na periferia do capital. (PACHECO, PEREIRA, 2017)

Nesse intuito, concordamos com Villas Bôas, quando afirma que:

latifúndio, abismo social marcado por forte segregação racial e monopólio dos meios de comunicação de massa são problemas relacionados, constituintes e mantenedores da desigualdade social brasileira. Portanto, pensar o Brasil sem levar em conta as conexões de causalidade entre esses fatores implica num giro em falso. (VILLAS BÔAS, 2010, p. 10)

Dessa maneira, a mulher negra sofre uma continuidade no seu papel como trabalhadora, em diversas situações similar ao período em que foi escravizada.

O patriarcado, aliado com o racismo e o sistema capitalista tem buscado submeter às mulheres a situações de desigualdade, opressão e violência que invadem não só a esfera privada, mas também a esfera pública, estando presentes em todos os ambientes sociais. Nesse contexto, as mulheres negras camponesas alijadas pelo sistema, foram relegadas a pobreza e a marginalidade, submetidas a distintas explorações no que se conforma hoje como campo brasileiro, aprofundadas pelo patriarcado e o racismo. (PACHECO, PEREIRA, 2017)

2.2 A atualidade da questão agrária no Nordeste: agronegócio e campesinato

Pensar a atualidade da questão agrária passa por resgatar, embora brevemente, como fizemos no tópico anterior, questões históricas fundamentais para a consolidação desse território. Assim, é possível compreender a questão agrária como resultante da contradição que o sistema capitalista produz, concomitantemente, ao possibilitar o avanço cada vez mais intenso da concentração de riqueza e o aumento dos bolsões de miséria. Essa disparidade decorre de uma série de questões sociais políticas e econômicas. Segundo Martins, “ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital” (1981, p.175).

É na diferenciação econômica que prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. [...] É nesse sentido que, em pleno século XXI, o quadro agrário brasileiro tem perpetuado, ao longo do tempo, um panorama complexo e contraditório, onde a ordem tem sido a luta e os conflitos por terra. Atualmente, na forma do agronegócio, vem agravando ainda mais os números da estrutura fundiária brasileira e, conseqüentemente, aprofundando as condições de sobrevivência dos camponeses na marginalidade social e econômica. Nesse processo de desenvolvimento no campo, o camponês, dono da terra, do trabalho e dos meios de produção, é progressivamente expropriado pelo desenvolvimento das forças produtivas e

da lógica capitalista no campo. Em muitos casos, há continuidade da exploração da força de trabalho da mão de obra masculina e feminina no campo em condições análogas à escravidão. (DUARTE, 2012, p. 3)

A importância de levar esse elemento em consideração reside no fato de que é preciso compreender que as relações arcaicas que se constroem a partir de um pátrio poder não se dão de forma aleatória, mas são constituintes ao próprio sistema do capital e contribuem portanto na continuidade dessa reprodução. A ideologia sustentadora da produção da agricultura voltada para as *commodities* e de exportação esconde a situação social vivida por homens e mulheres que atendem as necessidades de reprodução dos capitais da chamada agricultura intensiva contemporânea.

Apesar de toda dor e sofrimento vivido pelas mulheres negras camponesas em função do avanço do agronegócio, do peso das relações racistas e patriarcais, elas ainda conseguem buscar espaços de resistência e construir formas de viver a vida que as fazem fortes. A mulher negra tem buscado, nos movimentos sociais, espaço para conquistar um lugar social. Em resposta a esse modelo de desenvolvimento do campo brasileiro e partindo de sua condição material – expropriados/as da terra – é que os camponeses e as camponesas se organizam politicamente com o objetivo de (re)conquistar sua terra de trabalho. Assim, o campesinato e, sem dúvida, os movimentos sociais no campo, marcam o território por uma relação não capitalista de produção.

A política agrícola e agrária implantada no país tem beneficiado à grande propriedade e à empresa rural. O apoio financeiro a projetos de grupos privados e obras públicas penaliza a classe trabalhadora, levando milhares de famílias ao desassossego e expulsão. As isenções e subsídios favorecem o atendimento dos interesses do capital financeiro, das indústrias e multinacionais do setor de transformação e produção de insumos, dos grandes exportadores e pecuaristas. Em consequência, empobrecem os verdadeiros produtores/as de riquezas: trabalhadores/as rurais, pequenos e médios produtores, que constituem a maioria. (PEREIRA, 2017, p. 2)

As “soluções” do Estado, desde o Estatuto da Terra, têm sido: colonização, titulação de terras públicas, utilização de áreas devolutas por grupos econômicos, tributação sobre as terras ociosas, abertura da fronteira agrícola ao grande capital, regulamentação dos contratos trabalhistas e aperfeiçoamento de dispositivos legais para contratos agrários (parceira e arrendamento). Estas medidas não têm contribuído para diminuir as desigualdades da estrutura fundiária nem da distribuição de renda.

Com relação as políticas agrícolas para o Nordeste, de acordo com Pontes (2013, p2):

As políticas agrícolas no semiárido brasileiro, desde os anos 1960, vêm acompanhadas da implantação dos perímetros irrigados como estratégia

geopolítica de expansão seletiva da fronteira agrícola, na perspectiva da indução do desenvolvimento. Os perímetros irrigados são áreas delimitadas pelo Estado para implantação de projetos públicos de agricultura irrigada que, em geral, possuem significativo potencial agricultável, caracterizado pelos solos férteis, presença hídrica, clima favorável e abundante força de trabalho. Estes elementos conjugados às infraestruturas implementadas (canais, piscinas etc.) favorecem ampla produtividade agrícola. Tal estratégia é, agora, retomada pelo governo com grande ênfase e, certamente, vem ao encontro deste capital transnacional que aqui se instala para produzir *commodities* agrícolas, a partir de terra, água e mão de obra, facilidades de infraestrutura e de financiamento, além de condições políticas e institucionais favoráveis.

Nesse aspecto, entendemos que a realidade local não somente expressa, mas também é consequência da ordem econômica global e hegemônica. O campesinato brasileiro, ao adotar a lógica da grande empresa capitalista no campo, sendo induzido a introduzir nas suas práticas agrícolas a tecnologia chamada de “moderna”, tem sido empurrado social, econômica e culturalmente para uma precarização das condições de vida, caindo na pobreza e na dependência. A concepção de produção capitalista exigiu que os camponeses entrassem na lógica do mercado, visando o modelo de produção de mercadorias, não sendo mais considerado somente como produtor de subsistência. Esse processo de mercantilização e monetarização vêm ocorrendo desde a década de 1960 com a “Revolução Verde”.

No entanto, para Graziano (1980), a história da pequena produção familiar está vinculada à histórias das transformações capitalistas no Brasil e às formas de propriedade de terra. Segundo esse autor é importante uma análise econômica e política para entender a reprodução da pequena produção. Neste contexto, a expansão das culturas comerciais gera conflitos, “a conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação simultâneas dessas relações sociais” (FERNANDES, 2013, p.179).

Em síntese, os dois modelos são antagônicos porque enquanto o primeiro representa a imposição dos interesses do capital à organização do trabalho – reforçando a apropriação privada dos meios de produção, a acumulação de riquezas e a centralização das decisões – o outro representa a alternativa de construção, a partir da prática social dos trabalhadores, da identidade de classe, rompendo com a separação entre capital e trabalho. O que significa poder de decisão sobre a propriedade dos meios de produção e a distribuição de riquezas, controle e direção do processo produtivo e liberdade de organização do trabalho.

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se

efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. (FERNANDES, 2000, p. 279-280)

A recriação do campesinato é resultado imediato da intensidade dos conflitos vivenciados na luta pela terra que se dá a partir de uma estratégia política de movimentos socioterritoriais e que constituem o processo contraditório do modo de produção e do modelo de agricultura dominante. A luta pela terra, que o campesinato tem deflagrado, é luta pela sua recriação que se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever sua trajetória de sujeito histórico (OLIVEIRA, 2007, p. 264).

Seguindo a argumentação de Rafterstin (1993), o conflito de ideias e concepções de campo acontece em um dado território, nesse aspecto, o território é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos mantêm entre si e com a natureza, pois, “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (Idem, ibidem, p. 143). Essa apropriação é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercidas por pessoas ou grupos, sem as quais não se define o território. O território se caracteriza pela multidimensionalidade do homem, que é natureza e sociedade ao mesmo tempo. Assim sendo, os homens (e mulheres) têm centralidades na formação de cada território, cristalizando relações de influência, efetivas, simbólicas e conflitos e identidades, nesse sentido, “As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009, p. 10).

À vista disso, toda e qualquer ação do campesinato compõe sua territorialidade, porque territorialidade é uma propriedade (qualidade) do território, é produzida no território. A territorialidade é produzida pelas relações sociais. Para Saquet (2009), a territorialidade é compreendida nos contextos territoriais de desenvolvimento, sendo um fenômeno social de um grupo de indivíduos ou de grupos distintos, carregada de fluabilidade no tempo e no espaço, construindo identidades e influenciada pelas condições históricas e geográficas do lugar.

Do ponto de vista da caracterização, o campesinato pode ser considerado uma classe social que tem, segundo Carvalho:

a propriedade privada da terra e dos recursos naturais que ela suporta, por uma família singular ou por um grupo doméstico de produtores rurais, e a presença como única força de trabalho aquela dos membros da família singular ou do grupo doméstico proprietários da terra como trabalhadores diretos nos processos de trabalho ou nos de extrativismo que essa família

desenvolve nessa terra”. (CARVALHO, 2007, p.32)

Dessa forma, Carvalho (2007) afirma que o campesinato associado está integrado à burguesia industrial e comercial por contratos de produção ou por arrendamento de suas terras; campesinato autônomo seria aquele que não faz parte da integração e apresenta condições econômicas, políticas e ideológicas, com uma identificação dos interesses de classe do campesinato; campesinato-proletariado que é formado por ampla parcela de camponeses que realiza a venda de parte da força de trabalho familiar; proletariado rural que é composto pelos despossuídos de terra que vendem sua força de trabalho.

O estudo, de tal autor, traz, ainda, as contradições dentro dessas frações, como o campesinato associado vive uma contradição de classe com o campesinato-proletário, na qual primeiro, pela relação com a burguesia, se identifica com ela nas suas necessidades e, segundo, tem uma proximidade com o proletariado rural, apesar de terem interesses distintos, pois este último não é proprietário de terra. Essa reflexão nos remete à dificuldade do campesinato se ver e se articular enquanto classe, como um grupo social que tem uma consciência de interesses, objetivos e projetos em comum. Mas se mantém motivado e mobilizado por interesses imediatos e corporativos (MAESTRI, 2003).

Outra questão importante a ser levantada está relacionada à migração para a cidade, em que esses agricultores chegaram a desenvolver relações econômicas culturais com a área urbana. Nesse aspecto, a territorialidade extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, com indivíduos e grupos, mesmo que sejam temporárias, *do* e *no* espaço geográfico. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em trama, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rural de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p.90).

Segundo Fernandes, dependendo dos usos do território e a territorialidade a este inerente, podemos encontrar o campesinato enquanto um sujeito político que tem sua expressão nas lutas sociais, seja como conquista de espaço e reconhecimento ou como resistência as ameaças de destruição. “A ocupação e conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou da recriação da relação social familiar camponesa” (FERNANDES, 2008. p. 07).

Vale ressaltar que, em diversos momentos, as formas de organização e resistência foram determinantes para sua própria organização enquanto classe, compreendida na

delimitação do conceito de classe social. E aqui, caminho ao lado da concepção de classe de Thompson:

As classes não existem como entidades separadas [...] pelo contrário, as gentes se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados, experimentam a exploração, identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por essas questões e, no processo de luta, se descobrem como classe e chegam a conhecer esse descobrimento como consciência de classe. (1987. p. 37)

Neste intuito, os sujeitos políticos desse campesinato operam significativamente a partir de sua atuação nos movimentos sociais do campo para a reconfiguração espacial do território. Aprender esses movimentos sociais a partir da luta que realizam pela conquista da terra e da reforma agrária requer refletir que estes sujeitos além de contribuir para esta reconfiguração espaço também implementam território e territorialidades:

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social, [...] que têm o espaço ou o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial. (FERNANDES, 2000, p. 60-61)

A luta por tais territórios pelos movimentos sociais do campo está diretamente relacionada com a luta pela terra e, conseqüentemente, pela reforma agrária e democratização do acesso à terra, a partir da criação dos assentamentos rurais de reforma agrária. A mobilização e a organização social, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado e os questionamentos das leis de propriedade são capazes de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras.

No entanto, a conquista dos movimentos sociais do campo é estabelecida a partir de uma forte luta organizada dos trabalhadores e das trabalhadoras. Essa luta social pela terra e o seu resultado – a criação dos assentamentos – geram uma nova organização social, econômica e política. Martins (2000) ressalta que os projetos de assentamentos são uma verdadeira reinvenção da sociedade como uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade.

Com isso, é importante compreender a atuação dos movimentos sociais rurais no Brasil e sua configuração espacial e territorial. Como afirma Gohn (2008): “os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independentemente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos político-sociais” (p. 251).

É preciso considerar que o campesinato continua cumprindo um papel fundamental na

criação e recriação das formas de vida, tão importantes para o equilíbrio do planeta. Assim, enquanto o campo brasileiro tiver a marca do patriarcado, da desigualdade sócio racial também haverá latifúndio, visto estes fazem parte de um mesmo sistema e que se complementam visando a continuidade da opressão.

a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. (MARQUES, 2012, p. 58)

Na luta pela terra, no Brasil, o campesinato deixa de ser apenas categoria de análise da sociedade capitalista e se torna demarcação política de uma classe social, delimitando um posicionamento político na estrutura da sociedade capitalista.

3 TERRITORIALIDADE DO PATRIARCADO: UMA DOMINAÇÃO QUE ANTECEDE E COMPLEMENTA O CAPITALISMO E A (IN)VISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NEGRA NO CAMPO

A compreensão do campesinato nordestino a partir de sua formação histórica trazida no capítulo anterior e que se coloca enquanto categoria de análise e como demarcação política preza por uma concepção de seres humanos emancipados, apesar de sabermos que essa perspectiva não tem condição de ser realizada na sociedade capitalista. Essa perspectiva nos coloca a necessidade de refletir sobre os caminhos para o desenvolvimento da agricultura e sobre quais as opções foram afirmadas pelas oligarquias agrárias em nosso país.

No entanto, o que se pretende é ir forjando, a partir de novas práticas, novos valores por dentro da luta pela Reforma Agrária Popular que está relacionada com a criação de comunidades de resistência que se pautam nos vários pilares ou dimensões da vida humana e dentre esses pilares trazemos presente a urgência de relações iguais de gênero e de raça. Outra questão que apontamos percebida na construção desse capítulo se refere aos poucos registros sobre a mulher negra camponesa e nordestina, esse elemento nos coloca a necessidade de indagar os silêncios da história oficial como também a pensar na hipótese de que essa invisibilidade pontuada nesse estudo na questão do trabalho possa se estender para outros ângulos.

Nesse intuito, entendemos como necessário compreender como se reproduzem essas relações desiguais de gênero e de raça no campo e como essas relações se perpetuam ou se retroalimentam na configuração do Patriarcado enquanto uma territorialidade no campo e como essa territorialidade implica na vida das mulheres camponesas negras e, mais especificamente, em como seu trabalho é visto pela sua família e sua comunidade, no caso os assentamentos de Reforma Agrária.

É nesse viés que nesse capítulo nos propomos a pensar como se conceitua o patriarcado, como implica na invisibilidade do trabalho feminino das mulheres camponesas negras e como se constitui enquanto uma territorialidade do Patriarcado. Para tanto, nesse capítulo também fizemos algumas incursões pela bibliografia referente a esta temática, bibliografia essa que também impôs um ressignificado à práxis militante. Desse modo, se faz necessário ressaltar que conceitos como Patriarcado, territorialidade, trabalho produtivo e reprodutivo e interseccionalidade de raça, gênero e classe presentes no capítulo que se segue dão outra intencionalidade a questões fundamentais na compreensão do capitalismo enquanto

sistema que oprime, explora e tenta de todo modo desumanizar as mulheres negras no campo nordestino.

3.1. Entendendo o conceito de Patriarcado

O Patriarcado, enquanto mecanismo do capitalismo especializado em estabelecer os dispositivos da opressão feminina têm sido analisado já algum tempo por uma gama de estudiosas (os) feministas, além de ter sido demarcado como componente chave na compreensão das relações de gênero por movimentos populares feministas e/ou mistos. Nesses estudos, há entendimento de que esse estudo se faz necessário pelo fato de que “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”. (SAFFIOTI, 2015, p. 47)

Neste sentido, para a reflexão que se apresenta trazemos presente a concepção de gênero enquanto “uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). De tal modo, consideramos basilar compreender o patriarcado enquanto “o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” (Idem, p. 47)

E assim o fazemos por considerar que, para entender as relações desiguais de gênero é necessário denominar a dominação masculina porque deixá-la

na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração. [...] À medida que as (os) teóricas (os) feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de *patriarcado* o regime atual de relação homem-mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. (SAFFIOTI, 2015, p. 59)

Em termos de contextualização histórica do Patriarcado, abemos que ele é anterior ao capitalismo e, nesse aspecto, não é atribuído a ele o início do processo de subordinação social e cultural do sexo feminino. Segundo Scott, J. (1995), “o patriarcado é uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade.

O patriarcado “em sua essência” é um sistema que permanece desde a história antiga mas se fortalece na passagem do feudalismo para o capitalismo (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Além disso, o patriarcado foi sofrendo mudanças sistemáticas:

Sociedades nas quais o capitalismo suplantou o precedente modo de produção são caracterizadas por uma transformação profunda e radical da família. A transformação da família é, acima de tudo, o resultado da expropriação da terra, ou acumulação primitiva, que separou grandes porções da população de seus meios de produção e subsistência, provocando de um lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes. (SAFFIOTI, 2015, p. 45)

Silvia Federici situa o surgimento o patriarcado do salário no período de transição do feudalismo para o sistema capital na Europa. A terra deixa de ser meio de para se tornar meio de acumulação.

Expressão mais direta dos requisitos da acumulação primitiva e da primeira política capitalista que trata explicitamente do problema da reprodução da força de trabalho. (...) Porém, mesmo antes do auge da teoria mercantilista, na França e na Inglaterra, o Estado adotou um conjunto de medidas pró natalistas, que, combinadas com a assistência pública, formaram o embrião de uma política reprodutiva capitalista. Aprovaram-se leis que bonificavam o casamento e penalizavam o celibato (...). Foi dada uma nova importância à família enquanto instituição chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 155-156)

A caça às bruxas estudada pela autora se explica pela necessidade de controle do corpo feminino para atender aos interesses do capitalismo nascente. A partir disso foi possível quebrar o controle da função reprodutiva assim como a instituição de uma intensa vigilância as mulheres, “seus úteros se transformaram em território político, controlado pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista”. (2017, p. 163)

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe dos acusados, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres representaram contra a difusão das relações capitalistas e ao poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, seu controle sobre a reprodução e sua capacidade de curar. (2017, p. 309-310)

E para garantir que os futuros (as) trabalhadores (as) estivessem aptos a dispor de sua mão de obra para o mercado de trabalho, a família se adequa aos interesses do sistema nascente contribuindo para disciplina desses (as) trabalhadores (as)

instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como instituição mais importante para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres. (2017, p. 175)

O que ocorre é que independente da classe social a qual a família pertence ao marido foi atribuída a função fazia de representante do poder estatal, essa atribuição se justifica pelo fato de possuir os meios de produção, no caso da burguesia e no caso da classe trabalhadora em função de ser classificado como assalariado. Independente da esposa também vender sua força de trabalho, que seria pago ao seu marido. Federici define esta situação da mulher trabalhadora, impossibilitada de ter seu próprio dinheiro e assim objetivamente sujeita aos homens, como “patriarcado do salário”. (*Idem*, p.177)

Dessa forma, “resultado foi que a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia” (*Idem*, p. 45). Entretanto, a característica essencial que é a opressão de um gênero sobre o outro continuou e se intensificou e apenas deixou de ser “um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado”. Assim é que é possível afirmar que “a opressão de gênero tenha existido bem antes do advento do capitalismo, isso não significa que as formas que assumiu tenham sido sempre as mesmas (*Ibidem*, p. 45).

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no plano superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerava; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizadas da função produtiva, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p.65- 66)

O desenvolvimento histórico da humanidade possibilitou uma série de mudanças socioculturais tais como a mundialização do sistema capitalista a partir do avanço das ciências náuticas, o tráfico de seres humanos seguido de escravização, a eclosão de guerras mundiais assim como o desenvolvimento tecnológico. Todavia, o patriarcado conserva-se, modificando em determinados atributos.

Atualmente, o conceito de patriarcado é comumente usado para designar as relações de opressão e desigualdade de gênero, e estas não são ocorrências esporádicas ou excepcionais. Ao contrário, são práticas de caráter sistêmico que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente, reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no âmbito individual. Não são raras as vezes que nos apropriamos do termo para salientar que a opressão de gênero é um fenômeno não reduzível a relações interpessoais, mas antes possuem caráter e consistência na sociedade como um todo. (ARRUZA, 2015, p. 1)

Por conseguinte, uma série de estudos têm se voltado a compreender tais imbricações por dentro dessa relação estrutural entre o patriarcado e o capitalismo. Estas pesquisadoras têm se atentado a questionar se existe um “princípio organizativo” capaz de elucidar essa vinculação. Nesse sentido Arruza tratou de sintetizar esse estudo classificando-os em três teses:

Primeira Tese: “Teoria dos sistemas duplos ou triplos”. Podemos colocar a versão original desta tese nos seguintes termos: gênero e relações sexuais constituem um sistema autônomo que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto é, ao mesmo tempo, modificado pelo capitalismo em um processo de interação recíproca. A versão mais atualizada desta teoria inclui as relações raciais, também consideradas como um sistema de relações sociais autônomas interconectadas com as relações de gênero e classe. (ARRUZA, 2015, p. 37)

Segundo a autora, as teses que se vinculam a essa primeira classificação “no geral, têm uma compreensão das relações de classe como definidas unicamente em termos econômicos. É apenas via a interação com o patriarcado e com o sistema de dominação racial que elas adquirem um caráter extra econômico” (ARRUZA, 2015, p.37). Com relação à segunda tese, há uma ideia de que o “capitalismo é indiferente”:

Opressão de gênero e desigualdade são reminiscências de formações sociais e modos de produção prévios, quando o patriarcado diretamente organizava e determinava uma estrita divisão sexual do trabalho. O capitalismo é em si indiferente às relações de gênero e pode superá-las de tal forma que o patriarcado como sistema seja dissolvido em países capitalistas avançados, na medida em que as relações familiares sejam reestruturadas de formas bastante radicais. Em suma, o capitalismo tem uma relação essencialmente oportunista com a desigualdade de gênero: usa o que acha benéfico das relações de gênero existentes, e destrói o que se torna um obstáculo. (ARRUZA, 2015, p.37)

Enquanto à terceira tese, denominada pela autora de “Tese Unitária,” traz uma construção baseada na constatação de que nas sociedades que adoram o sistema capitalista não tem possibilidade de haver um “sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo”.

Pois as “relações patriarcais continuam a existir, mas não são parte de um sistema separado [...] Em outras palavras, esta tese não reduz cada aspecto da opressão para simplificá-la a uma consequência mecânica ou direta do capitalismo, nem busca oferecer uma explicação baseada somente em termos econômicos” (ARRUZA, 2015, p.37).

Em resumo, a teoria unitária não é reducionista ou economicista, e não subestima a centralidade da opressão de gênero. Proponentes da “teoria unitária” discordam da ideia de que o patriarcado seria hoje um sistema de regras e mecanismos que autonomamente se reproduzem. Ao mesmo tempo, insistem na necessidade de considerar o capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação. (ARRUZA, 2015, p. 38)

Deste ponto de vista, nos colocamos aqui em concordância com essa terceira explicação por que a nosso ver, o patriarcado, ao se constituir a partir da divisão sexual do trabalho, cria as condições para a opressão e exploração de um sexo sobre o outro. E, a partir daí, o que vão ocorrer são mudanças e permanências. As mudanças acontecem na forma de subordinar e a permanência adotando sutilezas para dar continuidade a opressão e à exploração. Neste aspecto, “o desafio é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos” (ARRUZA, 2015, p. 38).

Uma vertente possível de análise desses mecanismos está no que se refere à invisibilidade do trabalho das mulheres e aqui estamos tratando especificamente das mulheres negras, realizada no intuito de perceber a partir dessa exploração econômica, que se dá de forma sutil, mas que revela mais uma maneira de ganho de mais valia no processo de exploração desse sistema. Vale ainda ressaltar que essa forma de exploração se acentua se pensarmos no condicionante de raça.

3.2 O trabalho reprodutivo X produtivo ou a invisibilidade do trabalho da mulher negra

Nesse processo de compreensão de questões teóricas tão imbricadas e tão incompreensível ao primeiro olhar, vamos assimilando o que às vezes parece óbvio a partir de uma vivência prática, sim, porque na prática tais questões teóricas se configuram enquanto um mecanismo poderoso de opressão e exploração da mulher negra e demarcam na epiderme essa realidade. Assim, não nos resta dúvidas de que o patriarcado quando estabelece relação de complementariedade ao capitalismo se torna junto ao racismo um sistema único que se

retroalimenta gerando na correlação de força uma complexa influência que perpassa todas as dimensões humanas.

Com relação à dimensão da opressão econômica, que é o foco dessa reflexão, mas sem desconsiderar as demais dimensões como estritamente necessárias para a compreensão desse sistema, sabemos que, nas sociedades pré-capitalistas, antes da revolução agrícola e industrial a mulher das camadas trabalhadoras era ativa, “enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenhavam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

Ainda vale ressaltar que o sistema capitalista continua desenvolvendo essa forma de exploração, porém a mantém invisibilizada, e que esse trabalho pode se dividir em produtivo e reprodutivo, mas que se imbricam na maioria das situações se configurando na dupla jornada de trabalho.

3.2.1 Trabalho Produtivo X Trabalho Improdutivo

A divisão sexual e racial do trabalho operada no sistema econômico que tem por única finalidade o acúmulo incessante de mais valia opera no sentido de concentrar o máximo da capacidade de trabalho das mulheres negras, consideradas a base da pirâmide social no Brasil. No caso do campo nordestino, como vimos no primeiro capítulo, essa realidade se viabiliza a partir de todo um processo histórico de consolidação de um modo de organizar a produção agrícola no país, sempre a partir da produção de produtos agrícolas voltados para a exportação a partir da propriedade privada da terra e da utilização de mão de obra escravizada ou “livre”, mas com “trabalho análogo a escravidão”.

A superexploração das mulheres negras no campo, na atualidade, remonta ao período escravista colonial, em que estas, além de estarem na composição estrutural de exploração do trabalho escravo, eram vulneráveis a todas as formas de violência, principalmente a violência sexual.

No entanto, não é apenas essa evidência que coloca a opressão às mulheres negras em uma dimensão histórica, especialmente se observarmos que não há mudanças estruturais nos locais designados ao trabalho para as mulheres negras, que, desde o período colonial com a figura tem na exploração de uma força de trabalho que serve às dinâmicas de produção e de reprodução da vida com violências físicas, sexuais e simbólicas. Assim, o período pós-colonial e a generalização do trabalho livre também aprofundam essa opressão racista, não apresentando, se pensarmos que o trabalho doméstico ainda hoje é, majoritariamente, realizado por mulheres negras. (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 1)

As mulheres negras ao longo desse processo histórico precisaram se submeter às piores condições de vida e não ficaram ausentes de tais processos produtivos, embora que esse trabalho não tenha sido considerado trabalho ou muitas vezes a própria condição de sua existência tenha proporcionado esse processo de invisibilidade.

Para compreender esse contexto se fez necessário entender que, no Brasil, a terra se configura como um fator estruturante. Isto porque estamos falando da transformação da terra em mercadoria como parte de um processo mundial de desarticulação do sistema escravista e de desenvolvimento de um mercado consumidor na periferia do capital, quem tem o controle da terra e possui também a concentração do poder político e econômico. Não ocorreu, desde a abolição formal da escravidão redistribuição de terras e Reforma Agrária que possibilitasse que aos trabalhadores que haviam sido escravizados o acesso à terra, o que se demonstra nas dinâmicas do campo e das cidades, onde ocupação, majoritariamente, as periferias, locais de estrutura mais precária e terão menos acesso às políticas públicas (PACHECO, PEREIRA, 2017, p.1)

Desse modo, é forçoso compreender que não foram as diferenças entre os traços biológicos e culturais que tomaram proporções que interferiram diretamente no processo histórico e sim as formas de integração subalterna dos nossos territórios que se utilizaram de diferenças “raciais” e culturais. Nesse contexto, Florestan (1989) nos ajuda a refletir sobre como as desigualdades raciais que foram incorporadas ao regime de classes e colocaram uma massa de trabalhadores (as) até então escravizados (as), agora em um contexto de “trabalho livre”, porém, com um fator determinante das relações e ajustamento social, que é a “raça” e a falta de acesso à terra.

O escravismo colonial resultou no racismo e na manutenção do latifúndio com feridas ainda abertas que transformaram a questão agrária e a questão racial em eixos estruturantes para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil. Na tentativa de omitir essa violência foram construídas teorias racialistas que vão desde o discurso da inferioridade racial, já que a modernidade definiu quem era o cidadão e quem era “o outro”, todo aquele que não era homem, branco e europeu, portanto, os sujeitos que tiveram seus territórios invadidos ou sua força de trabalho explorada para possibilitar a constituição do capitalismo e dos Estados-Nação. (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 2)

Essa narrativa vem no bojo dos anseios da construção de um ideal de embranquecimento compreendido como um projeto nacional, que se funda na concepção de miscigenação seletiva e pacífica, que oculta o fato de as disputas pelos territórios estarem,

historicamente, relacionadas às disputas e violências sobre os corpos das mulheres, e terem se tornado, portanto, comuns estupro e violações de mulheres indígenas e negras.

Essas situações nos atentam para o fato de que nessa estruturação social, as mulheres negras camponesas alijadas pelo sistema, foram relegadas a pobreza e a marginalidade, submetidas a distintas explorações no que se conforma hoje como campo brasileiro, aprofundadas pelo patriarcado e o racismo. O patriarcado, aliado com o racismo e o sistema capitalista, tem buscado submeter as mulheres a situações de desigualdade, opressão e violência que invadem não só a esfera privada, mas também a esfera pública, estando presentes em todos os ambientes sociais.

No capitalismo, as relações econômicas fundamentais se constroem a partir da exploração da força de trabalho justificada pelas diferenças de atribuições de papéis de sexo e de raça, desde o momento da colonização. Essa relação econômica possibilita a acumulação de capital, estrutura as relações sociais entre as classes, mas não as explica em um todo. Nenhuma sociedade é capaz de prescindir do trabalho feminino e ao longo do tempo as sociedades pautaram as relações de trabalho com base nas diferenciações de sexo, raça e classe.

A relação da agricultura com a economia de mercado está na oferta de trabalho. A esfera doméstica fornece ao capitalista trabalho e comida, mas ele não investe nada no grupo doméstico, porque as relações de produção não são reproduzidas nessa esfera. São dois modos opostos de produção: o capitalista é heterogêneo e o grupo doméstico é homogêneo no que diz respeito às relações sociais. Tanto o feudalismo quanto o capitalismo dependem da esfera doméstica para sua reprodução. O imperialismo perpetua a acumulação primitiva preservando o setor doméstico. O modo de reprodução em casa é simultaneamente preservado e destruído.

“O impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher nos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente” (SAFFIOTI, 2013, p.42). Neste aspecto, é necessário salientar que “não se pode generalizar, para todas as mulheres, a mesma forma de opressão a que estão submetidas. É inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada um (SAFFIOTI, 1992, 191).

A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que nessas abordagens é definido como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos

homens. No centro da análise, portanto, está a divisão sexual do trabalho e o fato de que tenha impacto muito distinto nos dois grupos (ou classes). (BIROLI, 2016, p.25-26)

Neste aspecto, no sistema do capital, a força de trabalho feminina vai ser explorada de forma constante, só mudam as condições dessa exploração acontecer. Por essa razão, ao nos referenciarmos nas mulheres negras camponesas, essa condição se agrava pois a condições de trabalho são extenuantes e na maioria dos casos estão sujeitas a uma dupla jornada de trabalho. E tanto no trabalho produtivo, quanto no trabalho reprodutivo esse trabalho é invisibilizado e “sem reconhecimento social. Dado o papel do gênero na divisão do trabalho, as mulheres não eram definidas como trabalhadoras, apesar da natureza indispensável de sua atividade na sobrevivência na família (Heredia,1979, p.62).

Nesse intuito é importante notar que na análise do trabalho das mulheres negras no campo nordestino é preciso considerar que as desigualdades existentes além de acontecerem na dimensão sociocultural se efetivam na dimensão política e econômica. Partir desse pressuposto é estritamente necessário para compreender as relações de raça e de gênero que se estabelecem no campesinato nordestino. Esse recorte pode trazer subsídios para pensar as possíveis diferenciações no rumo das análises que engendraram a compreensão dessa formação social. Nesse aspecto consideramos relevante refletir até que ponto o trabalho produtivo e reprodutivo no campo nordestino têm sido invisibilizado e espoliado.

3.2.2 Elementos para refletir o processo de invisibilização do trabalho das mulheres negras no campo nordestino

Em um país latifundiário, de acesso à terra e ocupação dos territórios urbanos e rurais, as mulheres negras camponesas foram relegadas à pobreza e à marginalidade, submetidas a distintas explorações no que se conforma hoje como campo brasileiro, aprofundadas pelo patriarcado e o racismo. O patriarcado, aliado com o racismo e o sistema capitalista tem submetido as mulheres a situações de desigualdade, opressão e violência que invadem não só a esfera privada, mas também a esfera pública, estando presentes em todos os ambientes sociais.

“Essa discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sociais existentes e reconstruídas para cumprir novas funções sociais” (FEDERECI 2017, p. 11). O êxodo rural e a separação entre trabalho e moradia trazidos pela industrialização são

vetores indissociáveis das dicotomias de gênero, nos quais foi estruturada a relação entre público e privado, cidade e campo, e as separações e hierarquias entre trabalho doméstico e trabalho produtivo a partir da divisão sexual (FEDERECI, 2017, p.12). “Dessa forma, a separação efetuada entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para acumulação de trabalho não remunerado” (FEDERECI, 2017, p. 133).

A assim chamada acumulação primitiva é desenvolvida por Karl Marx a partir da análise de um comentário de Adam Smith sobre a necessidade de uma acumulação originária como ponto de partida para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O resultado final da acumulação primitiva consiste na separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de seu trabalho. Este processo “transforma por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, apud FEDERECI, 2017, p. 262).

Além de evidenciar a contradição entre capital e trabalho, este processo também resultou na formação de um mercado interno necessário ao processo de realização do valor da mercadoria. Neste sentido, a expulsão das populações rurais para as grandes cidades não apenas concentra a força de trabalho para os proprietários dos meios de produção, como também realiza a separação dos trabalhadores de seu meio de subsistência, tornando-os dependentes da aquisição de mercadorias.

Um último momento fundamental para a acumulação primitiva, refere-se à formação de um mercado mundial em escala crescente. De acordo com Marx:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista [...]. Todos porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. (MARX, apud FEDERECI, 2017, p. 2858-286)

Ao estudar as origens da “assim chamada acumulação primitiva”, Harvey se propõe a compreender também suas decorrências até os dias atuais. Na busca das novas práticas imperialistas surgem questões cruciais como, por exemplo, de que forma se dá a relação entre a acumulação primitiva e os momentos de reprodução expandida do capital? Nesse aspecto, Brandão (2009) resume a proposta de Harvey que “procura discernir criteriosamente entre a

acumulação primitiva, que abre caminho à reprodução ampliada da acumulação por espoliação que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2004, p.35).

O capitalismo internaliza práticas canibalísticas, depredadoras e fraudulentas. Mas, como Luxemburgo observou, é “frequentemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência e disputas de poder, as duras leis do processo econômico”. A acumulação por desapossamento pode ocorrer de diversas formas e seu modus operandi tem muito de contingente e aleatório. Ainda assim, ocorre em todos os lugares e independentemente do período histórico, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização. (HARVEY, 2006, p.24)

“A transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para reprodução da força de trabalho exigiu a destruição do poder das mulheres” (FEDERECI, 2017, p.119). Pois um aspecto importante do projeto capitalista foi a desarticulação do corpo social, tendo as pessoas sido obrigadas a diferentes regimes disciplinares, que produziram uma acumulação de 'diferenças' e hierarquias.

A violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e o número de trabalhadores colocados sob seu comando. Em outras palavras, a acumulação primitiva consistiu em uma imensa acumulação de força de trabalho (FEDERECI, 2017, p.121). “As mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres (proletárias) foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho” (FEDERECI, 2017, p.126).

A divisão sexual do trabalho implantou um processo que ao longo do tempo e nas várias sociedades caracterizou a valorização de um sexo em detrimento da desvalorização de outro. Ou seja,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (KERGOAT, 2003, p. 55)

Segundo Hirata e Kergoat, a divisão social do trabalho pode ser apresentada a partir de duas características fundamentais que elas caracterizam como “princípios norteadores [...] o princípio de separação e o princípio hierárquico”. Segundo as autoras, esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. (HIRATA E KERGOAT,

2007, p. 599). Ainda, segundo elas, é preciso considerar que mesmo com todo avanço da tecnologia e do processo de debate na sociedade como um todo acerca de tal divisão, há um processo de continuidade pois:

A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 606).

Pensando na realidade específica do Brasil, é possível afirmar que houveram uma série de estudos que buscam entender as relações desiguais de gênero na perspectiva do trabalho

No contexto brasileiro, o campo de pesquisa acerca do trabalho feminino é marcado pelo pioneirismo do estudo de Heleieth Saffioti, intitulado “A mulher na sociedade de classes - mito e realidade” (publicado como livro em 1969). Cabe fazer referência também ao livro de Elisabeth Souza-Lobo (1991)¹, “A classe operária tem dois sexos – trabalho, dominação e resistência”. Entre outras questões, Souza-Lobo traz para o foco de análise a interface gênero e divisão sexual do trabalho e evidencia que atividades femininas são marcadas pela hierarquia de gênero e apresentam desigualdades salariais e desqualificação. (SALVARO, ESTEVAM e FELIPE, 2012, p.1)

Nesse aspecto, o que fica nítido é que esse processo de invisibilização e espoliação do trabalho produtivo e reprodutivo feminino foi se consolidando a partir de um largo processo histórico que possibilitou a naturalização do trabalho doméstico como algo inerente à mulher e no caso o trabalho na agricultura, de forma contraditória, que é afirmado na luta pelo seu reconhecimento profissional, ainda é concebido como “ajuda” no interior das relações familiares, como forma de manutenção de uma ordem moral e a hierarquia de gênero (ESMERALDO, 2013)

Esta desvalorização e a invisibilização do trabalho feminino refletem uma concepção que não considera como trabalho o que está fora do âmbito das relações mercantis (SCHWENDLER, 2015). No que tange a realidade do campo, tema que nos propomos a refletir, está entendido que essa acumulação da força de trabalho das mulheres acontece com base no ocultamento ou falta de valorização dessa força de trabalho.

Nesse sentido, também é preciso nos reportar aos estudos que buscaram aprender essa realidade. Como é o caso de Paulilo que faz uma distinção entre as atribuições destinadas conforme o sexo e idade como “leves” ou “pesadas”:

Paulilo (1986) observa que atividades agrícolas são classificadas como leves e pesadas a partir de quem as realiza: mulheres e crianças realizam atividades consideradas “leves”; homens adultos realizam atividades consideradas “pesadas”. Segundo a autora citada, não se trata da atividade desenvolvida, mas de certa divisão sexual do trabalho produzida por significados histórica e culturalmente atribuídos ao trabalhador e/ou à trabalhadora. (SALVARO, ESTEVAM e FELIPE, 2012, p.2)

No entanto, Ferrante e Durval afirmem que essa divisão não seja tão rigorosa assim por que na prática, a depender de cada contexto, as mulheres assumem o trabalho “pesado” ou “secundário”, ou seja, o trabalho produtivo:

O papel das mulheres na agricultura camponesa é voltado às necessidades de reprodução social das famílias, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo masculino é importante que se estabeleça que demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual. [...]. Ainda nessa linha de pensamento coube às mulheres os cuidados com a reprodução da família, bem como a participação das atividades agrícolas nem sempre apenas de pequeno porte ou associadas ao abastecimento alimentar. As atividades secundárias, ou seja, as atividades que demandam mais trabalho nos roçados, como nas colheitas e plantios de áreas maiores, nos espaços produtivos de maior responsabilidade dos homens. (FERRANTE e DURVAL, apud BAMBIRRA, p. 73)

Neste aspecto, é válido considerar que estes estudos nos apontam para uma constatação de questões que são vivenciadas no dia a dia por esses sujeitos políticos que não têm a intensidade dessa jornada de trabalho reconhecida e valorizada.

Portela, Silva e Ferreira (2004), chamam atenção para o problema da desvalorização e invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar afirmando que o fato é resultado de processos sociais os quais atuam sujeitos em dois sentidos - o sentido que objetiva criar ações para invisibilizar o trabalho das mulheres e destacar o dos homens através de estudos e pesquisa que ocultam a jornada de trabalho das mulheres na agricultura familiar e destacam a dos homens e, o sentido de que visa conservar as ações de invisibilidade do trabalho feminino. (FERNANDES, 2009, p. 6)

Por isso, a importância de estudos que nos possibilitam observar essa invisibilização como também as razões para que isso aconteça e que está totalmente imbricado com o estudo que nos propomos desde o começo desse trabalho. A partir destes estudos é possível afirmar que sim, existem mecanismos que mascaram, desvalorizam e se apropriam do trabalho das mulheres negras no campo nordestino.

Por isso, afirmamos que o patriarcado e o racismo como estruturante ao sistema capitalista incidem diretamente nesse processo de desvalorização que na prática se traduz na

desvalorização e na falta deste reconhecimento pelos próprios companheiros, como é o caso do estudo feito por Fernandes

A invisibilidade do trabalho feminino foi constatada no estudo. Os homens quando perguntados sobre a participação das mulheres nessa luta, respondem que elas apenas contribuíram com a alimentação dos acampados e nos cuidados com as crianças e com a higiene do grupo. Não sendo relatado por eles, a participação nos processos produtivos, a presença delas durante os conflitos, bem como sua permanente contribuição nas tarefas realizadas no espaço doméstico. (2009, p. 6)

Neste sentido, reafirmamos a necessidade de compreender dentro dos estudos de gênero e relações de trabalho a importância dessa temática por que “a luta pela reforma agrária no Brasil já mobilizou milhões de trabalhadoras rurais, que sempre estiveram presentes, mesmo sem ter a visibilidade dos seus esforços reconhecidos publicamente. (BUTTO, 2005 Apud, FERNANDES, 2009, p. 2). É chegada a hora de reconhecer a importância desse protagonismo como também é necessário reconhecer dentro dos estudos feministas a importância das questões inerentes a contextos históricos e sociais e específicos de cada realidade.

Uma das contribuições dos estudos feministas na análise sobre a sociedade é que, ao procurar entender as relações ocorridas entre os grupos distintos que a compõem, foi possível compreender que a categoria mulher não é homogênea, o que significa dizer que para compreender de fato a "história e o significado da categoria mulher" deve-se levar em consideração a perspectiva das "histórias e dos significados de outras categorias: classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, etc" (LISBOA, 2002, p. 133). Além disso, tais estudos apontam que as discriminações em função do sexo, da classe e da raça/etnia que transpassam as relações entre os sujeitos, delimitaram "padrões assimétricos entre homens e mulheres" (LISBOA, 2002, p. 133).

No entanto, não é apenas essa evidência que coloca a opressão às mulheres negras em uma dimensão histórica, especialmente se observarmos que não há mudanças estruturais nos locais designados ao trabalho para as mulheres negras, que, desde o período colonial com a figura tem na exploração de uma força de trabalho que serve às dinâmicas de produção e de reprodução da vida com violências físicas, sexuais e simbólicas.

A superexploração das mulheres negras no campo, remonta ao período escravista colonial, em que estas além de estarem na composição estrutural de exploração do trabalho escravo, eram vulneráveis à todas as formas de violência, principalmente a violência sexual. Além disso, conforme assinala Federici “A transformação do corpo em uma máquina de

trabalho e a sujeição das mulheres para reprodução da força de trabalho exigiu a destruição do poder das mulheres” (2017, p.119).

Quando pensamos essa acumulação com base no recorte de raça nos deparamos com um nível baixo de auto estima fruto de experiências traumáticas e que não é novidade, segundo Ângela Davis (1977), historicamente se basearam em seu papel enquanto trabalhadoras intermitentes, que labutaram sob o chicote de seus senhores, sendo estupradas, criando filhos que não eram seus e vendo os seus próprios serem vendidos como mercadorias.

3.3 A territorialidade do Patriarcado no campesinato nordestino

O atual desenvolvimento da agricultura e suas bases materiais e ideológicas impõe alterações que tentam traçar uma de modernidade que conserva, em sua composição, características que constituem complexos mecanismos de continuidade de apropriação territorial. Na verdade, essa “conservação” é constitutiva da própria modernidade capitalista brasileira, em que aquilo que permanece não necessariamente significa resquício, mas aquilo que continua, continua justamente porque é constitutivo das atuais opressões.

Nesse sentido, no primeiro capítulo nos propusemos a diagnosticar essa reestruturação produtiva que se embasa no avanço do capital, no nosso caso, no campo nordestino e nesse momento pretendemos partir da compreensão do patriarcado enquanto uma territorialidade por que isso implica entender as dinâmicas espaciais e a possibilidade de construção de saídas de sobrevivência das camponeses negras nordestinas frente aos desafios desse novo tempo.

Partindo da perspectiva do capital no campo em que está delineada a continuidade de grandes projetos tido como responsáveis pelo desenvolvimento, o que possibilita a continuidade da concentração de capital nos vários espaços da produção. Esse processo desemboca numa constante expropriação da terra, exploração da força de trabalho de camponeses e camponesas. A conservação desse modo de pensar o campo é algo que ainda se vincula a continuidade dos poderes de uma tradicional elite agrária que se renova no intuito de amoldar um novo mecanismo de dominação do espaço, esse mecanismo está pautado numa constante expropriação da terra, exploração da força de trabalho de camponeses e camponesas.

A conservação do predomínio desse modo de pensar o campo é algo que ainda se vincula à continuidade dos poderes de uma tradicional elite agrária que se renova no intuito de amoldar um novo mecanismo de dominação do espaço, esse mecanismo está pautado na territorialização do agronegócio.

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. [...]. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder [...] em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. (FERNANDES, 2008, p. 4-5)

O esquema teórico-conceitual que apresentamos parte da perspectiva de entender o território como um produto social das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos no processo de apropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993). Por isso, torna-se fundamental retomar a noção de territorialidade, na qual compreendemos o agir social exercido a partir da mediação simbólica, cognitiva e prática. É uma intenção mediadora de organização territorial. Ou seja, é um conjunto de relações, comportamentos e ações de sujeitos em frações da realidade (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade é a relação tridimensional entre sociedade, espaço e tempo. Não é um vínculo simples entre o sujeito e o espaço, antes, é uma relação conjunta da realidade espacial e os vários atores agindo em conflito e interação. Isso a torna um fenômeno social, não sendo um objeto, mas uma relação de troca de energia e informação. Também, não é um dado físico e material. Daí por que as territorialidades constituem as práticas que usam e delimitam o espaço, a partir de recortes do espaço. Tais recortes possibilitam a formação de nós e a construção de redes: “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Assim, o autor aponta a territorialidade como multidimensional e inerente à vida social. Dando-se a partir das relações de mediação dos indivíduos em seus territórios, portanto:

territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158)

É importante que fique claro que a territorialidade não é uma relação simples com o espaço, mas entre sujeitos na sua realidade. Num cotidiano e na interação local dos outros atores. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

A territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território". (SACK, 1986, p. 19)

Dessa forma, entender a organização da sociedade no espaço é entender as diversas formas de territorialidades, que se estabelecem de forma material e imaterial e entre homens e seus contextos históricos e geográficos: “Eis por que relações reais realocadas no seu contexto sócio histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162). Neste viés, na luta pela terra, despontam a contraposição de ideologias na formação de territorialidades, corroboradas na divergência de ações que se desencadeiam entre o capital e a busca pela conquista de direitos pelos (as) camponeses (as).

As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. [...] âmbito da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia. (FERNANDES, 2009, p. 7)

O patriarcado é a dominação-exploração das mulheres pelos homens, que se dá para muito além da família e se torna uma “máquina do patriarcado” (SAFFIOTI, 2015, p.106), visibilizando um mecanismo de dominação-exploração de tal maneira arraigado nas instituições, de tal forma naturalizado por séculos de reprodução, que abstrai da figura do patriarca.

Nesse sentido, o patriarcado pode ser entendido como:

[...] um sistema patriarcal, entendido como um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo

maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo. (ARRUZA, 2015, p. 7)

A condição de vida das mulheres neste processo sofreu “o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher nos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente” (SAFFIOTI, 1969, p. 17). Porém, nenhuma sociedade é capaz de prescindir do trabalho feminino, na maioria dos casos este trabalho se dá sob as condições mais perversas.

Embora o trabalho escravizado tenha acabado formalmente, a permanência da colonialidade presente no capitalismo dependente é responsável pela manutenção da opressão e não é possível acabar com a opressão de gênero sem dar conta destas questões. Neste caso, fundem-se a marginalização da classe, de raça e de gênero, o preconceito se intensifica e a interiorização da condição de inferioridade, em muitos casos, inibe a reação e a luta contra a discriminação sofrida.

A gravidade da violência com que o sistema do capital se volta contra a resistência que busca demarcar limites a cargas extenuantes de trabalhos. A escravidão moderna e as configurações atuais de acumulação por espoliação evidenciam a necessidade capitalista destruir a identidade e a força daquelas (eles) a quem a exploração se dá com maior intensidade, como as mulheres negras, no intuito de mascarar o que suas contradições, explícita nas suas promessas de liberdade e opressão a que submete povos inteiros.

Em “A mulher na sociedade de classes”, publicado pela primeira vez em 1969, Saffioti apontava a questão da contradição de raça/ etnia, avaliando o lugar das mulheres escravizadas na sociedade colonial brasileira.

Com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas. Se, por um lado, a função da negra escrava, enquanto mero instrumento de prazer sexual de seu senhor, não indica que nesta relação as partes envolvidas tenham superado o ‘nível primário e puramente animal do contrato sexual’, por outro, o produto dessa relação assume, na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais (SAFFIOTI, 2015, p.236).

Desde então, esta especificidade da escravidão da mulher negra, “utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho” (SAFFIOTI, 2015, p. 237) já havia sido abordada pela autora, que também analisou alguns dos resquícios desta

formação social escravista na conformação da condição da mulher na sociedade de classes. Considera-se possível afirmar, assim, que Saffioti tinha a relação social racial como categoria analítica presente e fundamental para compreender também as relações de classe e gênero.

Na intenção de compreender a forma como se relacionam classe, gênero e raça/etnia, Saffioti (2011) trabalha com a teoria do “nó”. Segundo ela, quando enoveladas, as relações gênero-classe-raça são regidas por uma lógica diferente das que orientam cada uma das contradições separadamente. Cada uma apresenta uma dinâmica especial quando estão no nó, pois se condicionam a esta nova realidade. As circunstâncias históricas em que o nó se encontra dotam as contradições de formações distintas. Segundo essa proposição, entender as relações como um nó significa não somá-las simplesmente, mas perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão.

Apesar da complexidade da territorialidade do patriarcado apontada nessa reflexão é possível observar que no interior dessas relações existem fissuras possíveis de ser identificadas enquanto mudanças que ocorrem irremediavelmente em função da possibilidade de identificação dessa opressão. A participação política das mulheres em mobilizações por direitos e o acesso a informação e formação vão consolidando um processo de lutas que desemboca numa contestação a a ordem estabelecida.

Para tanto, a luta pelo fim da propriedade privada e da divisão sexual do trabalho estão na ordem do dia porque entendemos que “lutar pela extinção das desigualdades, opressão e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários” (CISNE, 2005, p. 03).

Liberação das mulheres – à guisa de permanente lembrete de promessas não cumpridas e não cumpríveis do sistema do capital – e transformam a grandiosa causa de sua emancipação numa dificuldade não integrável ao domínio do capital. Não pode haver nenhum modo de satisfazer a exigência da emancipação feminina – que veio à tona há muito tempo, mas adquiriu urgência num período da história que coincidiu com a crise estrutural do capital – sem uma mudança substantiva nas relações de desigualdade social estabelecida. (MÉSZÁROS, 2011, p.223)

Em vista disso, estão presentes nestas mobilizações populares bandeiras que buscam a concretização dos direitos humanos fundamentais, como a igualdade social, sexual e racial, a acessibilidade a moradia, educação e aos meios de produção. Superar as barreiras opressoras impostas pelo capitalismo patriarcal fará emergir uma nova cultura na construção de novas relações sociais e de gênero em que o trabalho emancipado na produção de alimentos

saudáveis e de reprodução da vida seja visto como algo fundamental para a produção social camponesa como um todo.

As mulheres negras camponesas ao refletir essa territorialidade do patriarcado a partir da luta pela reforma agrária no campo nordestino a percebem como construída e não natural, afirmam que a mesma pode ser desconstruída. Então, passam a questionar os papéis designados a homens e mulheres, bem como construindo formas de sair da situação em contestação a essa territorialidade do capital.

4 IDENTIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA NO CAMPESINATO NORDESTINO

No decorrer da nossa história, conforme já refletimos em capítulos anteriores, a opção constante da elite brasileira foi de manter excluída dos processos de inclusão social o povo negro. Ao que se sabe, uma das formas de silenciar esse povo foi o silenciamento conseguido pela anulação de sua identidade e desvalorização cultural, além processos históricos de tratamento desigual. Portanto por dentro dessa invisibilidade está colocada a ideia da posição inferioridade. Esse mecanismo resulta em diminuição da autoestima e fragiliza o potencial de luta contribuindo para seu controle e imobilidade. É condição importante para a saúde psicológica ter um senso positivo de si mesmo como membro de um grupo do qual se é participante, sem nenhuma ideia de superioridade ou inferioridade" (FERREIRA, 2009, p. 68).

No estágio de submissão, é comum o afrodescendente absorver e se submeter às crenças e aos valores da cultura branca dominante, até mesmo a noção sintetizada nas ideias do "branco ser certo" e o "negro ser errado". Essa internalização de estereótipos negativos é feita de maneira inconsciente. (Ferreira, 2009, p. 70)

“Na experiência coletiva, em sociedade, as identidades são construídas através de intercâmbio entre o individual e o coletivo, desde sempre mediado por um conjunto de crenças, códigos e valores instaurados historicamente" (FERREIRA E CAMARGO 2011, p. 384). A construção das formas de exploração do trabalho das mulheres negras no campo não se deu sem passar pelo encadeamento de aspectos vinculados a identidade, ou seja, essa invisibilidade também se dá as custas de opressão mascarada da identidade.

Por essa razão, consideramos estritamente necessário pensar a articulação destes elementos identitários em função destes fatores que possibilitam o fortalecimento e a resistência das mulheres negras. Isso ocorre pelo fato de que assumir a identidade racial se

trata de um ato político em que esse sujeito político entende sua história, assume suas raízes e se compromete com a sua luta.

4.1 A interseccionalidade de gênero, classe, raça e etnia no campo

Para pensar a interseccionalidade de gênero, raça e classe nos propomos a pensar como se articulam dentro dos estudos científicos, que se propuseram a fortalecer e dá cientificidade a este tema e desse modo incluir as mulheres nos registros históricos. Dessa maneira esse conceito cumpre a função de estabelecer uma categoria de análise para questionar a "legitimidade do mundo patriarcal". Entender que relações de desigualdade entre os gêneros são produto da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia e geração que se exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio” (LISBOA, 2002, p. 134/135).

Mas antes de adentrarmos propriamente no debate da questão da interseccionalidade, tema central na compreensão da temática até aqui desenvolvida, considera-se necessário ressaltar algumas reflexões de autores chaves para a compreensão da questão racial. Essa necessidade se justifica pela atualidade da temática no atual contexto sócio político econômico de perda de direitos da população negra em face ao avanço de valores fascistas no Brasil.

4.1.1 Elementos para pensar a questão racial

A questão racial aqui tratada junto com o Patriarcado enquanto motivo da invisibilidade da mulher negra no campo nordestino necessita ser refletida a partir de seus mecanismos históricos e científicos que culminaram para uma aparência, vez por outra, democrática, mas em sua essência contribui para a exclusão social de toda uma parcela da população. Conforme Silveira, Exemplo disso é o fato de que na:

Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, e ainda sob o impacto da brutalidade nazista, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a grande maioria dos próprios cientistas europeus reconheceu o caráter discriminatório da pretensa superioridade racial do homem branco e condenou as aberrações cometidas em seu nome. (SILVEIRA, 1999, p. 87)

No entanto, o que vai acontecer por volta do início dos anos 1970 é “o previsível ressurgimento das velhas doutrinas científicas racistas, agora com novas roupagens” (SILVEIRA, 1999, p. 87). A partir de então no decorrer desse processo histórico uma evidência que precisamos analisar é o aparecimento do racismo “furtivamente, ora sob um modo aparentemente defensivo e legal ora como sofisticada mas assumidamente reducionista teoria do determinismo genético aplicada à vida social” (SILVEIRA, 1999, p. 88).

De acordo com Munanga “teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX” (MUNANGA, 2003, p. 5) possibilitou a construção no senso comum de uma suposta superioridade racial e apesar de uma série de concepções científicas terem invalidado essa teoria, esse fato não repercutiu na prática. Neste aspecto, apesar da “postura anti-racista está, institucionalizada” enquanto “um aspecto importante da cidadania nas democracias contemporâneas” mesmo assim, não há incidência de modo “significativo nos valores coletivos, dada a forte persistência do racismo primário, cotidiano, em todas as partes do mundo” (SILVEIRA, 1999, p. 88).

O racismo científico foi portanto uma força estruturante, referência fundamental na montagem de uma esquema industrial de entretenimento, controle da opinião e formação do consenso, onde novos e complexos mecanismos burocráticos de integração, enquadramento e discriminação, bem adaptados às novas condições, tornaram-se operativos. (SILVEIRA, 1999, p. 144)

Munanga (2003, p. 11) divide o racismo em clássico e novo, o primeiro se embasa na ideia de raça, o segundo se ampara no conceito de etnia, que se define como “grupo cultural”. A partir dessa distinção, o autor alerta para as repercussões que o racismo ainda opera na sociedade contemporânea, e exemplifica tal afirmativa com a crescente “consciência política reivindicativa das vítimas de racismo”.

O novo formato de racismo, elaborado com base nas diferenças culturais, possibilita a apropriação de tal discurso por interesses diversos, que se pautam nas diferenças culturais como justificativa para práticas racistas. As implicações disso no Brasil se consubstanciaram no mito da democracia racial, o qual impediu por um longo período de tempo a discussão a nível “nacional sobre as políticas de ação afirmativa “e, paralelamente, o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate [...] sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional” (MUNANGA, 2003, p.11).

As teorias racialistas e a legislação seguiram indissociáveis da opressão de classe e no processo histórico criaram e pavimentaram as desigualdades de raça e de sexo. A princípio o discurso da inferioridade racial que produziu efeitos com caráter de verdade, em seguida, o

ideal de embranquecimento compreendido na perspectiva de unidade nacional baseada na ideia de uma falsa igualdade racial conseguida através de um processo de miscigenação seletiva, além disso, o mito da democracia racial que contribuiu para a construção da imagem das relações raciais como pacíficas. Nesse sentido:

não foram às diferenças entre os traços biológicos e culturais que tomaram proporções que interferiram diretamente no processo histórico. A interferência é indireta. São as formas de integração subalterna dos nossos territórios que se utilizaram de diferenças raciais e culturais. Isto é, elas (as diferenças) não são causa. Elas foram aproveitadas para a configuração do sistema mundial do capital. (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 2)

Ao estudar o processo brasileiro, Florestan Fernandes (2004) percebe uma relação do regime de classes com a questão racial. Por isso, ao longo da sua trajetória vai avaliando como o ex-agente do trabalho escravo foi sendo incorporado ao regime do assalariamento. A tese é que as desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que mesmo com o trabalho “livre” a “raça” ainda era usada como um fator de ajustamento social. A reflexão sobre a herança escravista é um fator essencial para a análise da sociedade de classes feita por ele, e é um dos elementos que explicam o porquê do padrão de desenvolvimento dependente perpetuar as relações “tradicionais”.

Para Souza (2017, p. 460), “Florestan conduziu sua sociologia para uma necessidade de transformação social e racial com uma produção teórica direcionada a compreender as contradições da sociedade brasileira, tornando-se assim, uma grande referência para o movimento de esquerda no Brasil”. No livro intitulado “O significado do protesto negro” Florestan Fernandes afirma que não haverá democracia enquanto houver desigualdade racial e discriminação dos negros. É nessa perspectiva que o autor demarca a necessidade de se repensar a democracia brasileira, revendo a questão racial.

Com relação à interpretação marxista do Brasil, Florestan Fernandes assume a posição de que o método dialético deve incorporar outras situações sociais não simplesmente redutíveis à visão classista da sociedade. Assim, para compreender as representações que uma nação estabelece acerca de si mesma, um caminho interessante seria indagar o modo como as relações de poder e dominação estão arrançadas em seu interior. Ao menos é isso que indica Florestan Fernandes quando escreveu que os “mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização”. Isso significa a necessidade mesma de enraizar a luta revolucionária das classes trabalhadoras e das camadas populares do Brasil em solo Histórico Nacional.

O principal feito do protesto negro configura-se na elaboração de uma contra ideologia racial por um jogo dialético o farisaísmo do branco rico e dominante era tomado ao pé da letra o liberalismo Brasil acima de tudo via-se saturado em todos os níveis (FERNANDES, 2017, p. 31). Assim, conforme aponta o novo (a) negro (a) que se afirma como categoria social e assusta o branco conformista tradicionalista ou autoritário não é um rebento do protesto negro, mas da luta pela vida e do êxito na competição inter-racial numa sociedade de classes multirracial.

Para Florestan, o mito da democracia racial opera mascarando o abismo social existente na sociedade brasileira e esse mecanismo imobiliza processos de luta do povo negro. Essa ideia da existência da democracia racial em nosso país é uma ideia construída no processo histórico desde o período colonial pela necessidade de incluir como contrapartida alguns mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do “mulato”. (2007, p.43)

A possibilidade de ações contrárias ao mito da democracia racial prescinde a construção de estratégias de resistência e de luta e para tanto a mediação classe e raça pode regular, a eclosão do Povo na história (FERNANDES, 2017, p. 35). E isso também significa bradar aos quatro cantos que a combinação entre opressão racista e machista em relação às mulheres negras exerce sobre nós um peso um peso incalculável. (ASSUNÇÃO, 2017 p.120)

O combate ao racismo precisa ser tomado pelas ferramentas da classe trabalhadora, os seus sindicatos para que com esta força gigantesca possa libertar dos grilhões da escravidão moderna os setores mais oprimidos da nossa sociedade compostos por milhões de mulheres negras (ASSUNÇÃO, 2017 p.121). Assim, o que aqui nos propomos não está contida nessa ideia de entrelaçar as opressões numa perspectiva interseccional para melhor compreender e combater tais opressões.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997)

O fato é que necessitamos nos organizar para cada vez mais, um maior número de pessoas possa se apropriar desse debate para contribuir nas alternativas de superação a estas formas de opressão e exploração capitalista. Neste intuito, refletiremos essa perspectiva da

interseccionalidade para compreender o sentido desse conceito e sua vinculação com a opressão e exploração também vivenciada pelas mulheres negras do nordeste brasileiro.

4.1.2. Sobre a intersecção de gênero, raça e classe no campo

Assim, para pensarmos a intersecção entre gênero, raça e classe no campo nordestino, tentamos nos embasar em autoras negras e com experiência concreta no chão dessa realidade e qual não foi nossa surpresa ao nos deparar com uma aridez de estudos com ênfase nesse debate e que na sua ausência reforçam estereótipos construídos sobre esses sujeitos político.

Deste modo, optamos por tecer uma argumentação que levasse em conta a percepção dessas mulheres sobre suas vivências que, as quais, na maioria das vezes nos fazemos contemplada. E como a perspectiva metodológica apresentada se embasa numa concepção dialética, trazemos presente um referencial teórico com os quais temos concordância que visam não validar mas fazer o contraponto com essa empiria.

Mas, antes de prosseguirmos, gostaríamos de enfatizar que os acampamentos e assentamentos não são ilhas como é notório e, portanto, não estão imunes ao racismo e ao patriarcado que estruturam o sistema econômico conforme já exposto neste trabalho a partir da literatura mobilizada. Neste aspecto, refletir sobre os impactos da intersecção entre gênero, raça e classe interessa porque é fundamental que estas mulheres possam ter sua identidade reconhecida. Entendemos que a negação dessa identidade implica na sua falta de autonomia para tomar decisões como estudar e/ou trabalhar, da sua impossibilidade de participar de atividades formativas e/ou lutas que ache importante participar, como também da falta de reconhecimento e consequente, invisibilidade do seu trabalho;

as mulheres negras trabalham mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras produz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. (DAVIS, 2016, p.17)

Todavia, a apreensão dessa relação imbricada e camuflada de normalidade é praticamente imperceptível a olho nu, por isso a importância da compreensão dessas categorias conceituais (gênero, raça e classe) de forma interseccional.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Deste modo, de acordo com o exposto acima a Interseccionalidade trata de visibilizar e dar conteúdo as vivências de lutas das mulheres negras, cujas especificidades não encontravam espaço de discussão quer no debate feminista, quer no debate anti-racista (Crenshaw, 1989). Para Crenshaw, 1989, gênero e raça interagem com outras categorias de diferença e, deste modo, determinam as experiências vividas por mulheres negras.

Neste sentido, interseccionalidade constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais. (RODRIGUES, 2013, p. 7)

Do ponto de vista de resgate histórico desse debate encontramos em Rodrigues alguns elementos que referendam essa contextualização, segundo ela “embora marcados por inúmeras diferenças, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ressurgem nos anos 1970, ainda marcados pela ditadura militar, sendo pautados por uma luta pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e em busca da cidadania” (2013, p.1).

Em ambos os movimentos as mulheres negras foram consideradas apenas como “sujeitos implícitos”. Tais movimentos institucionalizaram-se partilhando uma ideia de igualdade: entre as mulheres a questão racial não seria fundamental; e entre os negros diferenças entre homens e mulheres forma desconsideradas. [...] Desse modo, esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável. (RIBEIRO, 1995; BAIRROS, 1995, CARNEIRO, 2003 apud RODRIGUES, 2013, p.3)

Esse fato vai consolidar um processo constante exclusão dessas identidades nas organizações da classe, além disso acrescenta que isso se tornou um constante processo de “inviabilização da categoria “raça” nos estudos e nas ações do nascente movimento de mulheres e da não atenção às relações de gênero no movimento negro e que isso originou vários questionamentos das militantes negras. Segundo Carneiro (2003 Apud RODRIGUES, 2013, p. 3):

as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva,

tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos.

O caso do movimento sufragista nos Estados Unidos é ilustrativo da complexa relação entre classe e raça, pois explicita que a ausência de uma perspectiva de independência de classe frente à burguesia somente pode enfraquecer e dividir a luta das mulheres. Ao mesmo tempo, reflete que há diferenças importantes em relação a opressão das mulheres negras. São elas que estão sujeitas aos níveis mais profundos de opressão. Pensar no “exemplo da luta pelo direito das mulheres nos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX, significa entender os aspectos da maneira com a qual raça e classe se articularam no pós-abolição” (ASSUNÇÃO, p. 109 e 119).

Neste aspecto, a compreensão que se desenha é que não há possibilidade de que as categorias gênero, classe, raça e sexualidade possam ser compreendidas em conexão e embora esse conceito tenha sido formulado pela jurista americana Kimberlé Crenshaw está vinculado ao feminismo negro norte-americano: “Eu não posso escolher entre as frentes em que eu devo batalhar essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam pra me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não durará muito para que depois eles aparecerem para destruir você”. Essa reivindicação feita por Audre Lorde em afirmação didática e sintética assinala que “não há algo como uma luta envolvendo uma só questão porque nós não vivemos vidas de uma só questão” (LORDE, 2007, p. 139).

As feministas negras também salientaram o quanto a liberação das mulheres brancas estava diretamente relacionada à subordinação sistemática das mulheres negras, e ao fato daquelas não assumirem que ser branca numa sociedade racista e eurocêntrica denota certos privilégios que, mesmo no contexto das relações igualitárias intra e intergênero, devem ser rejeitados. (SOARES, 2000)

O feminismo negro teve, portanto, influente papel no encadeamento de ideias do que viria a ser sistematizado no conceito de interseccionalidade, assim como essas postulações foram importantes para as feministas latino-americanas e caribenhas, dado o papel fundamental do sexismo, da desigualdade de classes, do colonialismo e do racismo na realidade de seus países.

As autoras acima citadas complementam ao nosso entender esse conceito inserindo também as estruturas de classe para demonstrarem como as desigualdades se configuram de forma complexa, tendo como maiores vítimas as afetadas pelas três dimensões. A interseccionalidade define que “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos

mutuamente excludentes, propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero”.

[...] vários eixos de poder [...] constituem avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento de movem. [...] Tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o 'tráfego' que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

No caso, das mulheres negras que vivem no campo nem todas as mulheres negras que vivem no campo assumem como camponesas, além disso essas múltiplas opressões também se verificam de forma intensa, mas sutil.

A interseccionalidade é uma *conceituação* do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

4.2 Refletindo sobre a identidade da Mulher Negra Camponesa e Nordestina

Neste sentido, se faz necessário refletir acerca da constituição ou construção da identidade da mulher negra e camponesa nordestina que se insere nestes movimentos. Essa reflexão parte da vivência das mulheres negras camponesas que permanecem em luta, que, ao mesmo tempo, vivem numa sociedade moderna, com tecnologias avançadas na agricultura, e muitas vezes sem acesso a direitos mínimos para uma vida digna. Assim sendo, elas vivem em uma sociedade que é formadora de seres sociais e está marcada pelas relações de poder, desiguais e patriarcais.

As autoras e os autores que escrevem sobre o campesinato e a agricultura familiar têm mostrado que, no campo, a divisão das atividades ocorre comumente em função do sexo, o homem 'pai de família', é responsável pelo processo produtivo e por sua direção, a "mulher, pelo contrário, é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para dentro da casa os produtos da roça transformados em mantimento". Isso ocorre porque "o pai de família é socialmente concebido como o possuidor do conhecimento

necessário para a realização da produção. Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra - ele é também o dono -, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, apud BAMBIRRA, 2016, p. 45).

Essas relações desiguais de poder, típicas e inerentes ao sistema patriarcal são históricas e conforme já estudamos, não só antecede o capitalismo mas junto com o racismo o complementa. Nesse intuito, contribuem para a invisibilidade do trabalho produtivo feminino negro que se realizam no campo.

Nos estudos empreendidos por Ellen Fensterseifer, Woortmann e Klaas Woortmann (1997), juntamente a camponeses (as) observou-se, entre outras coisas, que o espaço normalmente delegado à mulher se consubstancia no quintal, é lá que ela constrói a horta e onde cria aqueles animais que servirão para compor a alimentação da família. Em outras palavras, toda a produção da mulher, nessas condições, é doméstica, logo, tende a não ser mensurada, pois, a esta produção, normalmente, não é dado valor econômico. Enquanto que o produto do roçado, encabeçado pelo homem, embora esse conte com a "ajuda" da mulher em certas etapas, é valorado e visto como sustentáculo da família (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, apud BAMBIRRA, 2016, p. 45).

No entanto, concordamos com a autora quando estabelece que no caso dos assentamentos de Reforma Agrária, há outros elementos a serem refletidos em função de possuírem outra “dinâmica.

As mulheres nordestinas ao longo da história do nosso país têm vivenciado um intenso processo de mobilização e auto-organização dentro dos vários movimentos de luta pela terra que se organizaram para enfrentar o latifúndio na região. E, nesse aspecto, de sua maneira, conseguiram contribuir com a resistência ao modelo de desenvolvimento econômico adotado para o campo nos vários períodos históricos e aos impactos sobre a condição de reprodução material e simbólica do campesinato. Essas mulheres, atualmente, se reconhecem em luta contra todas as formas de violência e discriminação contra a mulher e, em defesa da justiça social, o que inclui a igualdade de gênero no acesso aos recursos, na participação política e na organização do trabalho.

As mulheres camponesas despertaram para um novo tipo de ação política que questiona seu status de subordinação de gênero no espaço das igrejas, dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais em que participam. A organização das mulheres camponesas está profundamente enraizada na luta de classes, na organização do movimento feminista e de mulheres e na luta contra as ditaduras. “O feminismo como sujeito político,

mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como o Estado, família e igreja, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos” (CIRNE/GURGEL, 2008, p. 02).

O contato com o discurso feminista, a inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais mistos ou como movimento social autônomo, são essenciais para a problematização e à politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar. Nesse processo está presente a luta pela distribuição econômica e pelo reconhecimento de sua identidade e de sua condição concreta enquanto mulher, e classe trabalhadora do campo. (SCHWENDLER, 2015, p. 3)

Sendo assim, afirmamos que a identidade das mulheres negras camponesas está em construção, não está pronta, acabada, e nem se dá de forma linear, mas entre muitos conflitos e contradições vivenciadas por estarem inseridas numa sociedade capitalista e com características do patriarcado. Desse modo, a identidade se desenvolve na resistência contra a discriminação e exploração social, racial e de gênero, colocando o lucro acima da vida dos seres humanos e da natureza (MURARO, 2002).

A necessidade de revisitar a história para entender o caminhar das mulheres negras e qual sua contribuição no mundo do trabalho, no sentido de perceber as injustiças sofridas, as resistências cotidianas a partir de alguns desafios: seguir em luta por Reforma Agrária Popular, criar mecanismo de emancipação das mulheres, iniciar o debate racial, em todos os espaços da luta no sentido de afirmação da identidade como, também, introduzir o debate sobre a divisão do trabalho.

É a partir dessa perspectiva que nossa pesquisa está sendo construída, mergulhando no universo das camponesas negras, levando em consideração nossas limitações e subjetividade. Nos colocamos em busca do entendimento de como as relações sociais e raciais se reproduzem e tecem seu reflexo a partir da construção de uma territorialidade. O feminismo latino americano compreendeu que a luta por respostas imediatas não é, necessariamente oposta a perspectiva de emancipação. Ao contrário, potencialmente, sua radicalização contribui para o processo de transformação social ao aprofundar a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe (CIRNE/GURGEL, 2008, p. 13).

Analisar as relações raciais e de gênero que as mulheres negras camponesas assentadas da reforma agrária e militantes Sem Terra desenvolvem requer compreender que na luta

contra o agronegócio também está presente o combate ao racismo e ao patriarcado que possibilitam a sua exploração e a opressão. Assim sendo, temos um movimento social em constante movimentação, de dentro para fora, como parte de um processo de pesquisa e, de fora para dentro, na medida em que os seres humanos envolvidos refletem a partir do que fazem e do que produzem enquanto experiência prática e política. Nesse sentido, temos o objetivo aqui de refletir acerca dessa resistência das mulheres negras a partir do feminismo camponês e popular.

5 AS POSSIBILIDADES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

A política das mulheres negras ainda é um desafio enorme a ser alcançado, tanto para as mulheres do campo como para as mulheres da cidade e as razões foram refletidas ao longo de todo esse estudo, entretanto, mais do que analisar a realidade é preciso pensar formas de transformar essa realidade. Nesse sentido, precisamos entender a partir desse diagnóstico quais as possibilidades dessa resistência.

Além disso, é necessário pontuarmos que essas mulheres negras do campo também possuem um histórico de luta apesar de não encontrarmos devidamente registrado nas páginas da história e por isso a seguir nos propomos a refletir sobre isso do ponto de vista de uma história mais recente, todavia, que traz em si as marcas de outras lutas que a antecederam e que algumas destas foram lembradas aqui.

5.1 Resgatando o debate de feminismo no MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra traz em seus documentos a sua caracterização enquanto movimento social de caráter popular, sindical e político que luta por terra, reforma agrária e transformação das estruturas sociais capitalistas, além disso, é terminantemente contra toda forma de discriminação e violência. Neste sentido, no seio dessa organização de trabalhadores (as) rurais se constitui um processo de auto-organização de mulheres que contribuem de forma igualitária para a construção desse movimento. É notório que a princípio essa participação, apesar de ser atuante, se faz de forma tímida vinculada ao fato de que o MST é constituído de famílias que se propõem a lutar pela terra.

E isso não poderia ser diferente, quando sabemos que vivemos num sistema de dominação patriarcal em que família nuclear, monogâmica e heterossexual se constitui enquanto núcleo fundamental da sociedade de classes e sendo assim, as mulheres são atribuídas tarefas relacionadas ao cuidado, mas é necessário ressaltar que não se trata, no caso das mulheres da classe trabalhadora, em sua maioria negra, de uma atuação apenas na esfera privada pois, historicamente, trabalham dentro e fora de casa, em jornadas exaustivas e ininterruptas. Trata-se sim de uma negação às mulheres de participação na vida política da sociedade.

No entanto, pelo fato do MST se afirmar constantemente na construção valores humanistas entre outras razões vinculadas a teoria da organização, essa participação feminina

foi se fortalecendo muito inspirada nos vários de mulheres que optaram por romper com processos de dominação patriarcal e assim deixaram um legado de resistência e rebeldia de quem não se aceita mais objeto e busca construir a cada passo essa história. Nesse sentido, as mulheres militantes do MST como as demais mulheres da trabalhadora compreenderam que a luta pela emancipação feminina não pode ocorrer desvinculada da luta pelo fim do capitalismo, pela construção de outra sociedade.

A crise do capital não é passível de ser controlada e pode desembocar na barbárie, ainda para Mészáros (2002), o capital é um sistema de controle sociometabólico singular na história. Voltado incontrolavelmente para sua auto expansão, desconsidera todas as aspirações e valores humanos, definindo, à sua maneira, os objetivos da existência social. Dessa maneira, a igualdade requerida pelas mulheres não poderá ser conquistada no capitalismo dado que este modo de produção se sustenta também na dominação da mulher, no patriarcado.

As mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que carregam o legado desta lutam e as marcas da sociedade patriarcal em seu processo de organização para a luta foram construindo um processo de resistência em oposição a esse sistema ao se assumirem como feministas. Mas esse se assumir feminista tem a ver com um processo de construção do que mais tarde foi denominado feminismo camponês e popular.

Nos primórdios, conforme já elencamos, aquilo que vai mediar à participação das mulheres na luta está vinculada à convocação das famílias para lutar. As mulheres estavam lá e passaram a reclamar a participação ativa na organização, derivando na problemática de como criar condições para que as mulheres participassem da vida do movimento e da garantia de seu cotidiano – o cuidado com as crianças, a casa, a produção, dando origem, inclusive ao trabalho com a infância, nas cirandas, inicialmente, como garantia da participação das mulheres.

Já entre as décadas de 1980 e 1990 havia uma cogitação sobre o espaço político das mulheres, enquanto iam forjando esses espaços, se organizavam nos coletivos de mulheres e a partir daí incidiam na briga pela participação nas instâncias deliberativas. Essa participação nas instâncias está relacionada a necessidade de ter uma participação política mais efetiva e como estamos numa cultura patriarcal houve empecilhos a essa participação por parte dos homens ou a aceitação a partir de algumas características definidas por eles, o que se constituiu numa espécie de senha para ser aceita no grupo dirigente e que, de certa maneira, implicou na invisibilidade das mulheres dentro do MST.

A partir de 2000 foi criado o Setor de Gênero que, em suas linhas políticas, afirma o entendimento de que o patriarcado precisa ser combatido como expressão do capital por isso a

necessidade desse processo organizativo. Esse fato contribuiu para que os espaços fossem tendo maior presença das mulheres, essa presença demandou a necessidade de construir novas relações de gênero no MST, para fazer o debate sobre isso no conjunto da organização, como homens e mulheres. Apesar dessa definição inicial, mas aos poucos o setor foi se esvaziando de homens e fomos voltando a uma forma organizativa anterior, de um setor de mulheres.

Nesse meio tempo, o patamar de discussão e inserção política das mulheres Sem Terra foi se elevando e se torna insustentável a sua ausência nas instâncias deliberativas, o que vai ocorrer a partir de então é a construção que resulta na ampliação da participação política das mulheres de forma paritária e que se efetiva na composição da Direção Nacional em 2006.

Ainda sobre a década de 2000 é necessário refletir sobre o contexto agrário e as significativas mudanças na extração da mais valia no campo resultando numa reconfiguração da luta de classes no campo, em que o latifúndio atrasado foi substituído pelo dito moderno e avançado agronegócio. Em contraposição a isso e ao mesmo tempo por causas das consequências dessa reconfiguração do capital no campo foi necessário refletir e pensar novas formas organizativas para enfrentar este momento. As mulheres Sem Terra em seus debates conjunturais passaram a considerar quais as implicações desse modelo para a vida das mulheres além do caráter das lutas, as formas e o alvo nesse cenário, assim as mulheres protagonizam, em 2006, a luta na Aracruz, que sintetiza esse processo de reflexão e afirma o caráter desse enfrentamento.

Essa ação realizada no dia 08 de março de 2006, teve grande repercussão na mídia, que mais uma vez usou da sua costumeira falta de imparcialidade para divulgar o fato. Na Folha, o título da notícia de 09/03/2006 foi “Mulheres depredam fábrica de celulose”. O jornal divulga, em quatro parágrafos, trechos do manifesto das mulheres camponesas, logo abaixo de aspas do gerente da Aracruz em Guaíba, Renato Rostirola. A matéria é encerrada com o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e alguns grupos empresariais gaúchos criticando a ação. Apesar de ser uma ação realizada apenas por mulheres, o jornalista Léo Gersmann, autor do artigo, utiliza o termo “os manifestantes”.

Na matéria veiculada pelo Estado de São Paulo título foi “Via Campesina destrói 1 milhão de mudas e depreda laboratório no Sul”. O jornalista Elder Ogliari, responsável pela matéria refere-se às mulheres no gênero feminino com os termos “as camponesas” e “as invasoras”. Ao não divulgar as justificativas da mobilização ou ao fazê-lo de maneira bastante restrita, a ação torna-se vazia de significado, ao mesmo tempo em que as mulheres do MST são comparadas de forma implícitas. A pauta explicitada no documento era a crítica à monocultura, ressaltada na expressão “Deserto Verde”. O termo designa áreas extensas com cultura exclusiva de um produto agrícola, neste caso o eucalipto. A utilização dessa expressão a preocupação com a cultura extensiva de produtos agrícolas de maneira generalizada. (MANO, 2010, p. 6)

O que não se resumia ao impacto ambiental, mas também à matriz produtiva, a expansão da monocultura em grandes áreas contribuiu para o avanço do agronegócio e para a tentativa cada vez maiores de aniquilamento da agricultura camponesa. A perspectiva dessa ação era de trazer a preocupação para a sociedade sobre o avanço desordenado das monoculturas de eucalipto, responsável pela destruição da biodiversidade brasileira e sul-americana.

Essa ação além de demarcar o início de um ciclo de lutas de enfrentamento ao capital pelas mulheres Sem Terra e da Via Campesina também retrata a partir da repercussão dada ao caso pela mídia uma espécie de incredulidade, característica da cultura patriarcal em que se generaliza a ideia de que as mulheres são incapazes de fazer, de planejar, de raciocinar, de estudar. Ao verem uma ação bem preparada, com objetivos claros e que foram atingidos, causa espanto para as classes dominantes, ainda mais por se tratar de camponesas.

Esse impacto foi percebido por Itelvina Massioti (atualmente dirigente do Setor de Formação do MST no estado de Mato Grosso) que sintetiza “O alvo: uma propriedade privada de uma grande empresa multinacional do agronegócio. A forma como foi feita: uma ação coletiva, que foi literalmente à raiz da questão. Responsáveis pela execução: mulheres camponesas. A combinação desses três fatores é que explica porque a ação da Via Campesina na Aracruz, em 8 de março de 2006, provocou tanta polêmica e se constitui como um marco na história das lutas populares no Brasil e talvez no mundo (MASSIOLI, 2006 apud MANO, 2010).

A partir de então, inaugura-se um processo de grandes lutas protagonizadas pelas mulheres Sem Terras que desencadeiam na construção de uma identidade de luta. Entretanto, para compreender esta identidade é preciso compreender que esta identidade não se inicia em 2006, mas está pautada por uma leitura importante de como fazer a luta contra o capital, de análise das suas determinações históricas e a radicalidade que está presente desde a gênese do MST além de uma reflexão da condição da mulher na sociedade e no próprio movimento.

Esse enfrentamento na Aracruz Celulose, além de inaugurar um processo de lutas que pautam o debate do enfrentamento ao capital mais acirrado para dentro da organização e explicitam com isso a incompatibilidade dos dois modelos, igualmente demarca a necessidade de um debate gênero mais aprofundado, tentando assimilar as lacunas ocasionadas pela falta de um estudo mais sistemático sobre o feminismo. Neste viés, o curso Feminismo e Marxismo no MST iniciou a partir dessa necessidade de entender como se articulam os processos de opressão e exploração econômica das mulheres no campo. Esse curso, ao longo de suas quatro

etapas, foi consolidando uma perspectiva para compreender as diversas formas de lutas feministas no mundo, assim como as três principais correntes: liberal, radical, socialista revolucionária que destacamos a seguir.

O Feminismo Liberal é caracterizado por uma tendência reformista, de luta pelos direitos mais básicos da mulher no interior da sociedade capitalista. Nessa concepção não está em pauta a transformação social radical, igualdade de direitos, liberdade sobre o próprio corpo, independência financeira, contra a violência, liberdade sexual, etc. Esta concepção compreende que a situação das mulheres é fruto de desigualdade e não de opressão ou exploração e define como problema principal a exclusão das mulheres da esfera pública.

No que concerne ao Feminismo Radical pode-se afirmar que se define a partir do fato de que toda a responsabilidade da opressão é do gênero masculino, da construção do patriarcalismo, uma tendência se propõe a uma transformação radical da sociedade, no sentido da construção de sociedades separatistas entre homem e mulher. Muitas das militantes não se identificam como feministas, pois seria uma expressão burguesa.

Em contrapartida, o Feminismo Socialista Revolucionário demarca uma posição de classe e de mudança radical da sociedade e que esta emancipação feminina só se concretizará no socialismo, mas se desde já fizemos uma discussão de gênero, por isso estas transformações devem começar desde já. Reconhece a divisão da sociedade em classes e sabe que o patriarcado e a divisão sexual do trabalho atingem ambas as classes e que a opressão se dá de forma diferentes nos homens e nas mulheres e que mesmo entre as mulheres, a classe determina a forma de opressão e exploração econômica das mulheres.

A palavra de ordem “Sem feminismo, não há socialismo!” é uma expressão construída a partir dessa compreensão de que somente na sociedade emancipada se materializará a igualdade substantiva, no entanto, ao se lutar pelo feminismo se luta contra o patriarcado e, portanto, é elemento fundamental para construirmos o socialismo.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo também se expressa nas relações de gênero, de etnia, de classe, com processos de dominação social. Porém, o contato com o discurso feminista, a inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais mistos ou como movimento social autônomo, são essenciais para a politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar.

Nesse processo é preciso que esteja presente a luta pela distribuição econômica e pelo reconhecimento de sua identidade de raça e de sua condição concreta enquanto mulher, e,

portanto, de classe trabalhadora do campo. É nesse aspecto que as mulheres Sem Terra se embasam quando tratam do Feminismo Camponês e Popular, a referência está no Feminismo Socialista Revolucionário, mesmo trazendo pautas específicas da mulher camponesa. Assim, destacamos a importância do curso “Feminismo e Marxismo” que a partir das etapas nacionais se ramificou nas cinco regiões do país, onde o MST está organizado.

5.2 As mulheres negras e o Feminismo Camponês e Popular

Desse modo, a resistência negra feminista e popular se constitui, especialmente, ao questionar a cultura patriarcal, racista e capitalista, de forma teórica e prática. No momento em que coletivamente passam a questionar as estruturas vigentes e a tomar posição de enfrentamento dessa realidade e se colocar na construção do projeto de agricultura camponesa. Neste aspecto, se somam às demais mulheres camponesas lutadoras contra o capital e o patriarcado, resistindo contra toda forma de retrocesso aos direitos da classe trabalhadora e desse modo vêm construindo lutas massivas de denúncia do projeto do capital no país e no mundo. Estas experiências, que estão sendo construídas, demonstram que é possível pensar um modelo de desenvolvimento para o campo, com base em condições de trabalho digno, na diversificação da produção, preservação e recuperação das sementes crioulas e no resgate e socialização das práticas e conhecimentos que se alicerçam nos princípios da agroecologia e da cooperação.

A partir disso têm desenvolvido um processo de resistência e lutas frente a esse modelo, explicitando quais os impactos do capital na vida das mulheres e de suas comunidades. A maior expressão disso ocorre em ações do 08 de Março, Dia Internacional das Mulheres, tal como a ação protagonizada pelas mulheres da CLOC – Via Campesina Brasil, em 2006, com a destruição de mudas de eucalipto da empresa Aracruz celulose. A cada jornada de lutas, as mulheres revelam um cotidiano marcado pela exploração de classe e também pelas marcas do patriarcado presentes em toda a sociedade, inclusive no campo. Em março de 2017:

sob o grito 'estamos todas despertas, contra o capital e o agronegócio nenhum direito a menos', milhares de mulheres Sem Terra ocuparam prédios públicos, marcharam, ocuparam latifúndios nas cinco regiões do Brasil denunciando o avanço do capital no campo. (Setor de Gênero, MST, 2018, 2017).

“O patriarcado relega o nosso trabalho ao âmbito privado, o capitalismo não o reconhece e o racismo nega todas as nossas identidades [...] não é possível separar a luta

contra o capitalismo da luta contra o patriarcado e o racismo” (PERLA ALVAREZ *apud* RIBEIRO, p. 01, 2017). O que aliás, afeta não apenas as mulheres do campo. Por isso, esse feminismo que vem se construindo a partir das mulheres camponesas e a partir da identidade e lutas dos povos parte do reconhecimento das diversidades geográficas, culturais, de gênero.

A luta das mulheres tem questionado a sociedade sobre a ação destrutiva desse projeto que está em curso e provocado o debate da necessidade de organização e unidade da classe trabalhadora, além de ser uma convocação para a resistência popular. Na perspectiva da construção de novas relações de gênero, as mulheres camponesas têm acumulado processos no sentido de demarcar um posicionamento político, na perspectiva de um Movimento Feminista das Trabalhadoras, das Camponesas, das Indígenas e, portanto, um Feminismo articulado com a Classe Trabalhadora.

Reconhecemos a existência de muitos Feminismos e de sua contribuição histórica. No entanto, nos posicionamos como mulheres feministas que tem a consciência de que a igualdade substantiva, plena, nas relações de gênero não é possível de ser alcançada inteiramente nos marcos do capital. (Caderno de formação do Setor de Gênero, p. 01).

Nesse contexto complexo e adverso, é imprescindível compreender a diversidade dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora como forma de fortalecer e qualificar todas as formas de luta e resistência que, diante dessa ofensiva, buscam avançar na construção de um projeto de classe que seja verdadeiramente emancipador.

Essa realidade coloca às mulheres a necessidade de uma práxis de organização feminista, camponesa e popular, que reflete fundamentalmente as práticas diárias de dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizadas por mulheres camponesas latino-americanas. É uma tarefa cotidiana, e como tal, tem seus princípios, táticas, estratégias e elaborações conhecidas pelas mulheres militantes.

Nesta perspectiva do Feminismo das trabalhadoras, e, portanto, de um Feminismo que luta pela emancipação humana, aponta-se como principal acúmulo:

a sabedoria política de construir uma forte articulação das mulheres dentro do movimento continental e internacional como um todo, fortalecendo a luta, a organização social e política, a solidariedade de classe, o internacionalismo e a construção de alianças na perspectiva da construção de outro projeto de sociedade e de campo, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista, patriarcal e do agronegócio. (Caderno de formação setor de gênero, p. 13)

A disposição das mulheres negras para a luta das mulheres não depende apenas da capacidade de indignação perante as discriminações de gênero ou de raça, mas sim de uma compreensão mais arraigada sobre as desigualdades geradas não pela “histórica hegemonia

masculina como também de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo”. Desse modo: “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira” (CARNEIRO, 2011, p. 02).

Cada uma das particularidades estruturantes da classe — sexo- “raça”/etnia —, combinadas ou não, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras. (CISNE, 2014, p.27)

Pois bem, os resquícios da escravidão permanecem e impactam de tal modo que a “interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos, inibe a reação e a luta contra a violência sofrida é um sintoma de que não é possível acabar com a opressão de gênero sem dar conta das relações sociais existentes com as questões de raça e classe” (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 3).

Logo, o desafio não é simples. Enfrentar uma luta que combine as relações sociais de raça, gênero e classe com a questão da terra, requer a conquista de espaços em diferentes dimensões da existência. No entanto, temos a noção que para empreender esta luta é necessário engendrar forças maiores e mais potentes. As mulheres camponesas negras têm buscado dar resposta à altura dos desafios do seu tempo fazendo o enfrentamento ao agronegócio e ao capital por dentro dos movimentos populares do campo através da construção do feminismo camponês e popular. Neste aspecto, é válido ressaltar que este feminismo se constitui enquanto uma identidade em construção que se opõe simultaneamente ao capitalismo e o patriarcalismo, além de rejeitar todos os racismos, violências e discriminações. (PACHECO, PEREIRA, 2017, p. 5)

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMINHO PERCORRIDO

Percebemos ao longo dessa caminhada que a divisão sexual do trabalho materializa a opressão das mulheres negras do campo a partir da exploração de sua força de trabalho que segue sendo invisibilizada. Ao analisar essa opressão, percebemos a partir da revisão bibliográfica realizada, que o patriarcado e a raça são estruturantes ao capital e contribuem para a invisibilidade desse trabalho. No entanto, é preciso refletir em que bases ocorre a exploração e quais os caminhos para superá-la.

Esse processo de organização e enfrentamento à territorialidade do patriarcado no campo nordestino é histórico, o que pode ser observado a partir do breve resgate da constituição desse campesinato. Isso evidencia que essas mulheres sempre estiveram de pé e lutaram para defender seus direitos como, por exemplo, continuam fazendo no atual contexto. Nesse viés, o questionamento que se aponta está relacionado aos silêncios que a história não pôde e nem pode ocultar. Estes silêncios têm deixado lacunas indisfarçáveis e que originam tais questionamentos, mas, para além disso, também originam lutas.

Assim, o presente estudo considera que tais lutas corroboram com as rupturas que estes sujeitos políticos têm realizado ao negar o papel social submisso imposto pela sociedade capitalista, patriarcal e racista e têm conseguido ocupar um lugar social distinto a partir da auto-organização para as lutas e para o trabalho. Além disso, ressaltamos, ainda, a necessidade de se construir um novo olhar sobre a mulher negra, vinculado à superação da inferioridade e da subalternidade, da falta de poder.

A desigualdade de apropriação de renda é muito grande no Brasil. E isso implica no campo das políticas públicas, na vulnerabilidade de populações específicas. Olhando os indicadores educacionais, de rendimento e de inserção no mercado de trabalho, são as mulheres, os pretos e pardos e os jovens os grupos vulneráveis que apresentam situação de maior desigualdade quando comparados aos demais. A desigualdade de apropriação de renda é muito grande no Brasil. E isso implica no campo das políticas públicas, na vulnerabilidade de populações específicas. Olhando os indicadores educacionais, de rendimento e de inserção no mercado de trabalho, são as mulheres, os pretos e pardos e os jovens os grupos vulneráveis que apresentam situação de maior desigualdade quando comparados aos demais. (SIMÕES apud LOSCHI, 2018, p.6)

Ao trazer essa análise para a realidade do campo brasileiro, concordamos com Souza quando afirma:

Assim como a escravidão, exploração e o racismo, as lutas pela terra, território, liberdade e igualdade racial e social, nasceram há séculos e não foram ainda concluídas. Há ainda um caminho extenso a ser percorrido. De

acordo ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2014, os negros representam 54% da população brasileira, e somam 76% dos mais pobres do país. Esse número indica que três em cada quatro pessoas e negra entre os 10% mais pobres do país. Portanto, a luta de classes no Brasil e também uma luta agrária e de raças, pois nasce com os índios em defesa do seu território e prossegue com os negros africanos escravizados, embora depois haja uma soma de imigrantes vindos para a substituição da mão de obra negra, a maioria dos pobres e desgarrados da terra no Brasil são as pessoas negras. Aqui os fenômenos terra, raça e classe estão intercalados, pois consequentemente a classe detentora da terra, da riqueza e do poder e branca e europeia (SOUZA, 2018, p. 58).

Articulando dados sobre a questão racial no Brasil com a histórica dominação patriarcal, encontraremos a mulher negra no topo mais baixo da condição humana. A diferença salarial entre brancos, negros e pardos é de R\$ 2814 para brancos, R\$ 1606 para pardos e R\$ 1570 para negros. No caso das mulheres negras essa diferença salarial média entre uma mulher negra e um homem branco é de 60% podendo chegar a 80% em alguns cargos. Os registros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que 70% da população pobre é negra e as mulheres negras são a maioria, somam 26% dessa população, estão na base da pirâmide social⁵. No entanto, nos últimos 43 anos apenas 1% da população (270 mil pessoas) considerada a faixa mais rica responde por 48% da renda bruta gerada pelos 50% da faixa pobre (1.350 milhões de pessoas), segundo relatório da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A realidade nos indica, pois, que a luta contra o capitalismo se mostra tanto mais intrincada quando nos deparamos com elementos fundamentais que estruturam a sociedade de classe. Para os movimentos sociais impõem-se múltiplos desafios que complexificam a crítica e tornam mais árdua a luta. Quem explica por que a maioria dos ricos é branca? Por que a maioria das mulheres negras é pobre? Por que a maioria da população das favelas é negra e parda? Por que as mulheres são a minoria nos espaços de poder? Radicalizar na democracia, pois exige de nós um esforço de crítica radical e luta articulada contra todas as formas de opressão.

“Nesse sentido, a força que tem o indizível nas mulheres, e, em particular, nas mulheres, negras, pobres, camponesas, desafia ações afirmativas do Estado, seu alcance e sua acessibilidade” (BAMBIRRA, 2016, p. 113). Dessa forma, resgatar esse processo histórico da exclusão das mulheres negras e da invisibilidade do seu trabalho nos propicia a compreensão de que os caminhos e desafios enfrentados por homens e mulheres não foram os mesmos.

⁵ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Deste modo, encarar esses desafios, passa pelo processo de dar visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas no enraizamento da cultura camponesa, considerando sua raiz afro-brasileira e pautando a superação dos altos índices de violência, a dificuldade de acesso às políticas públicas e os obstáculos na defesa do seu território.

Nosso alerta é de que a dimensão econômica em seu sentido ampliado deve incorporar as especificidades e transversalidades de gênero/raça/etnia. Fazemos este registro para identificar que temos noção da complexidade das temáticas aqui abordadas e dos nossos limites, inclusive, teóricos, em enfrentá-las. O aprofundamento dessas possibilidades pode ajudar a levantar pistas de como construir maior igualdade de gênero/classe/raça/etnia em uma matriz de desenvolvimento inclusiva e sustentável em suas várias dimensões.

No que tange as mulheres negras camponesas do campo nordestino que se desafiam a lutar pela superação da territorialidade do patriarcado e construção do feminismo camponês e popular, importa identificar como a conformação dessa sociedade se estrutura também sob a histórica dominação patriarcal e racista. E como não tem sido diferente, ao longo da nossa história, em situações de crise social e, mais especificamente, no campo, as mulheres são as mais prejudicadas porque fazem historicamente a agricultura de subsistência.

Apesar das mulheres negras camponesas nordestinas terem sido estigmatizadas durante um longo período de suas vidas, adquirindo um papel social subalterno é possível constatar mudanças importantes em função da sua participação nas ações de enfrentamento realizadas desde 08 de março às lutas mais gerais do campo. O desafio que se coloca parte da necessidade de pautar essa resistência a partir do viés do feminismo camponês e popular

Para essas mulheres, o processo de resistência, organização e luta não é uma tarefa tranquila se pensarmos nas implicações de um sistema capitalista, racista e patriarcal que, como vimos, condena as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. No entanto, tal situação, por seu turno, tem engendrado formas de resistência e superação tão ou mais contundentes

Esses efeitos são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação.

O efervescente protagonismo das mulheres negras em geral, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. (CARNEIRO, 2003, p.14)

Com efeito, o presente estudo que se propôs analisar as relações sociais de trabalho das mulheres negras do campo nordestino e o nível de sua (in) visibilidade como consequências das relações capitalistas racistas e patriarcais se deparou com algumas mudanças ainda tímidas, mas que se encontram em andamento que vão desde as formas organizativas de luta as formas de organização para o trabalho e que têm possibilitado avanços importantes para as mulheres negras.

Nesse processo de resistência assumem práticas diferenciadas construindo uma identidade tanto no âmbito pessoal, quanto coletivo. Ao tornarem-se protagonistas de suas histórias, as mulheres negras se assumem como camponesas e feministas, dialogam de forma coletiva sobre a constituição de novas relações sociais e o fazem no meio da luta e das contradições do sistema capitalista, racista e patriarcal. No entanto, a possibilidade que estas relações se forjem na prática está embasada numa nova matriz produtiva que enfrente o agronegócio.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jaime Amparo. **Matilde Ribeiro e a imaginação racista branca**. 2008. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/bmariafro-matilde-ribeiro-e-a-imaginacao-racista-branca/> Acesso em: 10 de jan. de 2019.
- ARRUZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf Acesso em: 10 de jan. de 2019.
- ASSIS, Jussara Francisca de. **Racismo e sexismo: estruturas de longa duração**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16547/16547_3.PDF Acesso em: 20 de nov. de 2018.
- BAMBIRRA, Natércia Ventura. **Significado da posse da terra entre mulheres assentadas de reforma agrária: questões de gênero, classe, raça/etnia**. Lavras, UFLA, 2016
- BARRETO, Raquel de Andrade “**Enegrecendo o feminismo**” ou “**Feminizando a raça**”: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles / Raquel de Andrade Barreto; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005.
- BARTRA, A. **Os novos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2011.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. Lua Nova, São Paulo , n. 71, p. 41-79, 2007 . Disponível em: <64452007000200003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 17 de dez. de 2018.
- BÔAS. Rafael Litvin Villas Bôas. 2010. **O real mediado pela história: dialética entre progresso e barbárie como método de acionamento dos conflitos estruturais brasileiros** Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-03/villas_boas_mesa_3.pdf Acesso em: 02 de dez. de 2018.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico Sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar**. In: GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, n° 14, p. 107-117, 2003.
- BRANDÃO, Carlos. (2009) **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo**. Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 7 fev 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base: Pro-Jovem Campo - Saberes da Terra**, edição 2009.
- CAMPOS, Christiane S. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio.

Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **A batalha de Durban**. Estudos feministas, 2002.

CARVALHO, Horácio M., **O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo**, 2007.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, J. Graziano; STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 133-166.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma (2008). **Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais pra a autonomia das mulheres**. *SER Social* (Brasília) v.10,n.22, p.69-96, jan/jun. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/12960/11316/ > Acesso em: 05 de fev. de 2018.

COSME, Claudemar Martins. A expulsão dos camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil. UFCE, 2015. Disponível em: http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/claudemir_martins.pdf. Acesso em: 02 de jan. de 2018.

CEMARX/Xamã, 2003, pp. 130-158 e CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. **Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. In: Anais. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/com_JUV_PO27_Neto_textos.pdf Acesso em: 06 de ago. de 2017.

Cruz, Eduardo Scolese Valdo. Ministra da Igualdade Racial cai por uso irregular de cartão. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200802.htm> Acesso em 05 de jan. de 2019

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE Emmy Lyra Duarte. **Mobilização política e relações de gênero no estado da paraíba** 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/downloadSuppFile/207/122> Acesso em: 02 de dez. de 2019

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESMERALDO, Gema G. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO,

Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Sobre a tipologia de territórios**. 2009 Disponível em: http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf Acesso em 12 de fev. de 2019.

FERNANDES, Florestan. *A sociedade escravista no Brasil*. In: IANNI, Octavio (org). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: expressão popular, 2004.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. **A Realidade das Mulheres Rurais na Luta pela Reforma Agrária: Ação**. Revista Brasileira de Agroecologia Rev. Bras. de Agroecologia. 4(3): 3-10 (2009) ISSN: 1980-9735. Disponível em: http://orgprints.org/25048/1/Fernandes_Realidade.pdf Acesso em 07 de abr. de 2019.

FERREIRA, R. F. (2009). **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas. FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. (2011). **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicologia: Ciência e Profissão, 31(2),374-389. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>. Acesso em: 12 de nov. de 2018.

FERREIRA, R. F. (2009). **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas.

FERREIRA, R. F., & Camargo, A. C. (2011). **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicologia: Ciência e Profissão, 31(2),374-389. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013> Acesso em: 12 de dez. de 2018.

FREDERIC, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, Loyola, 2004

HESPANHOL, R A de Medeiros. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente*. 2000. 264 p., Rio Claro, tese (doutorado em Geografia) UNESP, 2000.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, V. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> Acesso em 09 de abr. de 2019

HIRATA, Helena. *Divisão Sexual do Trabalho: o estado das artes*. In: HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipola, São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2013. Disponível em: http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/claudemir_martins.pdf Acesso em:

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf> Acesso em: 09 de abr. de 2019.

LANDIM, Fátima, PINHEIRO, Luna, LOURINHO, Lira Roberta. **Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa** 2016 <https://periodicos.unifor.br/rbpps/article/download/961/2123>

LISBOA, Teresa Kleba. **Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de "empoderamento"**. Niterói, v. 2, nº 2, p. 131-149, 1. sem. 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital**. São Paulo, Nova Cultural: 1998, vol. II

MAESTRI, Mário, **A Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. In Marxismo e ciências humanas. São Paulo: 2003.

MANO, Maira Kubik. **Discurso das mulheres e confronto midiático, uma análise**. 2010.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, n. 12, p. 57-67, 2012

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991. (Digitado)

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-46].

MARX, Karl. (1867) **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural: 1983.

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. **História das Ligas Camponesas**. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em 10 mar. 2018.

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. **História das Ligas Camponesas**. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em 10 mar. 2018.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de Menezes. **Abolição no brasil: a construção da liberdade**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, p. 83-104, dez.2009 - ISSN: 1676-2584 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf Acesso em: 04 de nov. de 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 05/11/03.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques and VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada**. São Paulo , v. 15, n. 43, p. 255-265,2001 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300019>. Acesso em 15 de ago. de 2018

PACHECO, Íris; PEREIRA, Maria Rosineide. **A resistência negra brasileira também é mulher negra e camponesa**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/11/30/a-resistencia-negra-brasileira-tambem-e-mulher-negra-camponesa.html> Acesso em: 20 de jan. de 2018.

PEREIRA, Maria Rosineide. **As lutas das mulheres negras entre o vermelho e o lilás**. 2017 Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_1506917683_arquivo_asmulheresnegrascamponesasentreovermelhoeolilassinga2017.pdf Acesso em: 20 de jan. de 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro JP. **Gênero, raça e espaço: trajetória de mulheres negras**. XXVII Encontro Anual da APONCS. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf .Acesso em: 03 de dez de 2018.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. 2018

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e Realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2105.

SALVARAO, Giovana Ilka Jacinto, ESTEVAM, Dimas de Oliveira Estevam e FELIPE, Daiane Fernandes Felipe. **MULHERES E TRABALHO FEMININO RURAL: PESQUISA NO BANCO DE TESES DA CAPES (1987-2010)**. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/674> Acesso em: 07 de abr. de 2019.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Direito Agrário: política fundiária no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SAQUET, marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: _____; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHWENDLER, Sonia F (org.) **Conflitos no campo: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia, Editora da Universidade Católica de Goiás, 2015 (prelo).

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad.: Dabat, Christine Rufino; Ávila, Maria Betânia. 1989.

SHISHITO, Anderson Akio. COGUETO Jaqueline Vigo. **Formação territorial da região nordeste**. 2010. <http://web.letas.up.pt/xiicig/comunicacoes/129.pdf>

SILVEIRA, 1999. **Os selvagens e a massa papel do racismo na montagem da hegemonia ocidental**. Universidade Federal da Bahia. 1999. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26173-26175-1-PB.pdf> Acesso em: 05 de jun. de 2018

STÈDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular 2005.

SUÁREZ, Mireya. **As categorias "mulher" e "negro" no pensamento brasileiro**. Grupo de Trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil. XV Encontro Anual da ANPOCS: 15 a 18 de out. 1991.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operaria inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.